



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Papel da Banca Angolana no Financiamento Económico (2012-2019)

Nkundi Miguel Alemão

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof ° Sérgio Miguel Chilra Lagoa, Professor Auxiliar,

ISCTE-IUL

Novembro, 2021

Departamento de Economia Política

O Papel da Banca Angolana no Financiamento Económico (2012-2019)

Nkundi Miguel Alemão

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof ° Sérgio Miguel Chilra Lagoa, Professor Auxiliar,

ISCTE-IUL

Novembro, 2021

Agradecimentos

Minha gratidão vai primeiramente a Deus por todo cuidado graça e misericórdia que me tem concedido ao longo de toda minha trajetória. Assim como também aos meus familiares em especial, a minha mãe, as minhas irmãs e ao meu primo Hugo Jordão por todo apoio.

Agradeço o meu orientador, Prof. Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa, muito obrigada pela disponibilidade, orientação e atenção dispensada ao longo deste trabalho final de mestrado.

Aos meus amigos que tive o prazer de conhecer cá em Portugal, Fernanda Santos, Cláudia Viana, Sara Barbosa, João Soares, muito obrigada pela força e por todo o apoio incondicional.

Finalmente, a todos que directa ou indirectamente fizeram de tudo com esse trabalho fosse possível.

Muito obrigado a todos.

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo analisar o impacto do financiamento bancário a economia angolana no período de 2012 a 2019.

Para a prossecução deste objetivo, analisou-se o conjunto de políticas económicas implementadas desde a independência nacional até 2019 de modo a ter uma melhor compreensão do espaço em que a pesquisa inseriu-se. De seguida, fez a revisão da literatura, aonde foi possível identificar a teoria económica relevante para análise do fenómeno que se estudou. Analisou-se também o panorama do sector bancário permitindo perceber o aumento da evolução dos activos, o comportamento do rácio de transformação, rentabilidade, liquidez, solvabilidade. Por conseguinte, a evolução do financiamento bancário a economia. No entanto a investigação conclui que é provável que impacto do financiamento bancário na economia angolana no período de 2012 a 2019 foi abaixo do seu potencial decorrente da fraca contribuição do crédito neste período e de alguns problemas estruturais que a economia vem apresentando.

Palavras-chaves: Banca, Financiamento, Angola

Abstract

This paper aims to analyze the impact of bank financing on the Angolan economy from 2012 to 2019.

For the pursuit of this objective, the set of economic policies implemented since national independence until 2019 was analyzed in order to have a better understanding of the space in which the research was inserted. Next, the literature review was carried out, where it was possible to identify the relevant economic theory for the analysis of the phenomenon that was studied. The panorama of the banking sector was also analyzed, allowing us to understand the increase in the evolution of assets, the behavior of the transformation ratio, profitability, liquidity and solvency. Therefore, the evolution of bank financing to the economy. However, the research concludes that it is likely that the impact of bank financing on the Angolan economy in the period from 2012 to 2019 was below its potential due to the weak contribution of credit in this period and some structural problems that the economy has been experiencing.

Keywords: Banking, Financing, Angola

ÍNDICE

1	Introdução	1
1.1	Definição do problema e justificativa	1
1.2	Contributos já realizados sobre o tema	2
1.3	Método e estrutura da dissertação.....	3
2	Alterações das políticas económicas angolanas de 1975 a 2019	5
2.1	Período entre 1975 a 1988	5
2.2	Período entre 1989 a 2002	5
2.3	Período entre 2002 a 2012	6
2.4	Período entre 2012 a 2019	7
3	Revisão da literatura sobre o financiamento bancário e economia.	9
3.1	Enquadramento teórico	9
3.2	Política monetária e financiamento bancário.....	12
3.3	Casualidade identificação das variáveis de estudo	13
4	Panorama do sector bancário angolano.....	15
4.1	Caracterização do Sector Bancário	15
4.2	Composição do sector bancário angolano	16
4.3	Cobertura bancária no território angolano	18
4.3.1	Estrutura patrimonial do sector bancário (2012-2019)	21
4.4	Solidez do Sector Bancário.....	25
4.4.1	Adequação de Capital	25
4.4.2	Qualidade dos Ativos	26
4.4.3	Rendibilidades.....	28
4.4.4	Liquidez.....	28
5	Financiamento bancário angolano (2012-2019).....	29
5.1	Caracterização da oferta e procura.....	30

5.2	Pressuposto na concessão de crédito	31
5.3	Análise da evolução do crédito do sector bancário.....	32
5.3.1	Resultados das entrevistas.....	41
5.3.2	Sínteses das Entrevistas.....	43
6	Conclusão.....	45
6.1	Limitações da dissertação e Sugestão para estudos futuros.....	46
7	Referencias. Bibliográfica:.....	47

Índice de quadros

Quadro 4-1	Composição do sector bancário	17
Quadro 4-2	Evolução rede de agências bancaria a nível provincial	20
Quadro 5-1	Tipologia de clientes e crédito	30
Quadro 5-2	Sectores de actividade da economia angolana	31
Quadro 5-3	Evolução da taxa de juro ativas do crédito concedido a clientes de Empresas Públicas	35
Quadro 5-4	Evolução da taxa de Juro nominal do crédito concedido a clientes privados.....	35
Quadro 5-5	Evolução da Distribuição do crédito por sector de actividade (%) 2012-2019	38
Quadro 5-6	Contribuição dos sectores de actividade no PIB	39
Quadro 5-7	Informação dos entrevistados	40
Quadro 5-8	Respostas dos entrevistados	41
Quadro 5-9	Sequência das respostas dos entrevistados	42

Índice de Gráficos

Gráfico 4-1	Evolução de instituições bancarias autorizadas	17
Gráfico 4-2	Evolução do Total do Activo	21
Gráfico 4-3	Composição e evolução do activo (%)	23
Gráfico 4-4	Evolução dos activo por moeda (%)	24
Gráfico 4-5	Composição e evolução do passivo (%)	25
Gráfico 4-6	Rácio de Solvabilidade (%)	26

Gráfico 4-7 Evolução do rácio de incumprimento (%)	27
Gráfico 4-8Evolução das Rendibilidades (%).....	28
Gráfico 4-9 Evolução do Rácio de Transformação (%)	29
Gráfico 5-1- Evolução do Crédito aos clientes 2012-2019	33
Gráfico 5-2 Crédito to government and state enterprises. (%) 2012-2017	34
Gráfico 5-3 - Evolução do Total Crédito Concedido à economia no período 2012-2019	34
Gráfico 5-4 - Evolução do prêmio de risco do crédito 2012-2019 (%).....	36
Gráfico 5-5 Distribuição do crédito por sector de actividade (%) 2012-2019	37

Índice de Figuras

Figura 4-1- Rede de agências bancárias a nível provincial em 2019	19
---	----

Glossário de Siglas

ABANC - Associação Angolana de Bancos

AQA - Avaliação da Qualidade dos Activos

APB - Associação Portuguesa de Bancos

BM - Banco Mundial

BNA - Banco Nacional de Angola

CMC - Comissão de Mercado de Capitais

CONTIF - Plano Contabilístico das Instituições Financeiras em Angola

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAS – “International Accounting Standard”

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

IASB - “International Accounting Standards Board”

IFRS – “Internacional Financial Reporting Standards”

MINFIN - Ministério das Finanças de Angola

PIB - Produto Interno Bruto

ROA - “Return on Assets”

ROE - “Return on Equity”

SONAGOL - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

1 Introdução

1.1 Definição do problema e justificativa

Apesar dos diferentes acontecimentos de génese financeira identificada ao longo da história, catalisadores de maiores choques económicos mundiais, o papel dos bancos nas economias permaneceu. Um sector bancário amplo e profundo é considerado crucial para a redução da pobreza e promoção do crescimento económico. A economia angolana encontra-se em desenvolvimento, tendo como um dos fatores decisivos o sistema financeiro.

Segundo Eugénia (2014, p. 3), o sistema financeiro angolano é constituído pelo sector bancário que recebe depósitos e concede créditos; o sector segurador que garante um pagamento em caso de ocorrência de uma determinada contingência; e o sector de mercado de capitais onde os aforradores e investidores encontram-se em contacto direto. Nestas três vertentes, destaca-se o sector bancário, cuja constituição passa pelas instituições financeiras bancárias.

O sector bancário angolano cresceu consideravelmente em menos de uma década após o fim da longa guerra civil do país, em que os seus ativos que estavam avaliados em 3 mil milhões de dólares em 2003, passaram para 79 mil milhões de dólares em 2013, alimentados pelo *boom* petrolífero. No seguimento disto, Ferreira e Oliveira (2018, p.2) argumentaram que a dotação de recursos de um país, e particularmente a presença de grandes reservas de petróleo, é fundamental para contabilizar a criação e evolução de um sistema financeiro, com o petróleo a ser a maior fonte de receita da economia angolana, e que contribuiu para o desenvolvimento do sector financeiro na primeira década.

Tendo em conta que os bancos asseguram o funcionamento dos sistemas de pagamento, permitindo que os mercados locais desenvolvam a sua atividade, pareceu imprescindível explorar a seguinte questão: qual foi o impacto do financiamento bancário na economia angolana referente ao período de 2012 a 2019?

A pergunta de partida justifica-se por permitir explorar e aprofundar o conhecimento acerca do tema, para que, a partir do conteúdo explorado, possa-se questionar o ambiente no qual a pesquisa está inserida e participar ativamente na construção de sugestões de mudanças, permitindo expor melhorias nas diferentes formas de atuação do sector bancário na economia, atendendo à complexidade do universo macroeconómico enfrentado, e os desafios da diversificação económica propostos no atual quadro de políticas económicas angolanas. A inexistência de um sistema bancário bem estruturado não permitiria a circulação da moeda, a

criação de mercados de bens e serviços, bem como a mobilidade de fatores de produção, o que resultaria numa capacidade muito limitada dos investidores, particulares e empresas.

1.2 Contributos já realizados sobre o tema

Em síntese, o estudo sobre o papel do financiamento bancário nas economias em geral faz parte de uma ampla literatura bastante consistente destacando: Keynes (1937) que no seu tratado sobre o dinheiro, argumentou que os bancos detêm uma posição chave na transição de uma escala inferior da atividade económica para uma mais elevada, cujo comportamento afeta as variáveis reais da economia, em semelhança a este argumento, encontrou-se os estudos relevantes de Minsky (1982,1986); Zysmn (1983); Resende (2006); Paula (2013a, 2014b); Lagoa et al. (2019), que argumentaram, que os bancos desempenham um papel de estímulo do crescimento económico no sentido de prover liquidez, oferecendo alternativas de financiamento para os agentes económicos na realização dos seus gastos e mais especificamente entre poupança, financiamento e investimento.

Por outro lado, Gurley e Shaw (1955), considerados pioneiros da teoria de intermediação financeira, argumentam que os bancos têm um papel fundamental, no sentido de transferir recursos das unidades superavitárias para deficitárias, ou seja, de quem possui mais para quem possui menos, reduzindo os custos de transação na intermediação financeira e no gerenciamento dos riscos. Porém, ignoram a sua influência nas alterações das variáveis reais da economia, bem como Fama (1980), Allen (1997) e Santomero (1999), que apresentaram a mesma linha de pensamento, supondo que os bancos são intermediários neutros de recursos reais na economia.

A questão do papel dos bancos, assim como o seu impacto no financiamento, é um assunto controverso na literatura oriunda de duas abordagens que terá maior ênfase nos capítulos subsequentes. Apesar de literatura sobre o impacto do financiamento bancário na economia angolana ser escassa, identificaram-se dois trabalhos que trazem possíveis respostas à pergunta de investigação apresentada acima. Eugenia (2014) concluiu que o financiamento do sector bancário teve um impacto positivo, por se ter verificado surgimento de novos negócios geradores de receitas e empregos no país, bem como novas infraestruturas, e Manuel e Ricardo (2018) concluíram que a atividade do sector bancário poderia ser mais impactante, pois o impacto do crescimento do sector bancário angolano mencionado acima foi decepcionante em termos de um desenvolvimento financeiro mais amplo, quer em termos de

empréstimos de base ampla ou de uma contribuição para a diversificação da economia longe do sector petrolífero.

1.3 Método e estrutura da dissertação

Para responder à pergunta de investigação, e por certas limitações encontradas no espaço a que, a pesquisa se insere em termos de disponibilidades de informações, recorreu-se a uma combinação dos métodos qualitativo e quantitativo (estatísticas descritivas). Pois, apresentar-se-ão conceitos teóricos obtidos por fontes documentais, bibliográficas e como tal o uso de estatísticas e de recursos, como percentagens, média, mediana, coeficiente de correlação, entre outros.

Por meio do método qualitativo foi possível apresentar conceitos que ajudaram efetuar um enquadramento teórico sobre a relação entre o impacto do financiamento bancário e crescimento da atividade económica, os seus diversos argumentos e possíveis respostas sobre a pergunta de investigação existente. Todavia por conta de algumas limitações, recorreremos às opiniões de profissionais fortemente ligados a actividade bancária angolana através de entrevistas. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa é retratada por meio de teorias, levando-se em conta aspetos relevantes, tais como as opiniões, documentários e bibliografias.

Pelo método quantitativo de base descritiva, analisar-se-á o crédito concedido às empresas e aos particulares bem como a sua influência na produção interna bruta (crescimento), e para tal utilizaremos o Microsoft Excel (MS-Excel) através da criação de bases de dados obtidas nos relatórios disponíveis do Banco Nacional de Angola, nos bancos comerciais angolanos e os diversos relatórios sobre análise do sector bancário angolano disponibilizado nas publicações das consultoras KPMG, Delloite e outras. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa tem um carácter descritivo, com o objetivo de apurar os dados.

É de realçar ainda que, os dados serão apresentados genericamente de forma anual, mas devido à complexidade no acesso e colheita, alguns possam ser apresentados de forma semestral ou trimestral.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, além desta introdução.

No segundo capítulo, apresenta-se a trajetória económica angolana através das diferentes políticas económicas implementadas desde a independência nacional até ao ano de 2019.

No terceiro capítulo, procura-se analisar os argumentos económicos existentes na literatura que justificam a relação do financiamento bancário e a atividade económica. No quarto capítulo, fez-se um panorama geral do sector bancário angolano apresentando a descrição dos aspetos gerais sobre os bancos angolanos, a sua respetiva composição no país, bem como a sua estrutura financeira e a respetiva adequação do capital.

No quinto capítulo, foi reservado ao comportamento do crédito concedido nos diferentes agentes económicos começando pela caracterização da tipologia dos clientes bancários, para em seguida analisar os pressupostos inerentes no processo de concessão do crédito, a evolução do crédito concedido a clientes e a distribuição por sectores de atividade, os resultados das entrevistas com os profissionais da área da banca angolana e finalmente a conclusão.

2 Alterações das políticas económicas angolanas de 1975 a 2019

O presente capítulo destina-se a analisar, ainda que resumidamente, o contexto das políticas assistidas desde 1975 a 2019, de modo a fornecer-nos uma perceção clara dos pressupostos a ter em conta na elaboração do presente estudo. Sendo assim, reservou-se esta secção para fazer uma breve caracterização das diferentes reformas económicas, tendo como referência o trabalho de Filho et al. (2014) sobre as políticas económicas angolanas, destacando algumas características peculiares que marcaram a história económica.

2.1 Período entre 1975 a 1988

Após a independência do país, a economia adotou o modelo socialista com planeamento central, isto é, de 1975 a 1988, apoiado pela União Soviética por opção do partido que assumiu funções governativas. Desta forma, o governo angolano definiu que as principais unidades de produção fossem transformadas em empresas estatais¹. Segundo Menezes (2000, p. 236 citado em Filho e Chimbulo 2014), foram criados quatro níveis básicos de planificação: o nacional, o sectorial, o provincial e das unidades de produção. Até ao primeiro semestre de 1977, mais de 85% das empresas tinham sido colocadas sob o controle do Estado Angolano na condição de Unidades Económicas Estatais (UEE).² Nos primeiros anos, a economia apresentou resultados pouco positivos, embora a partir de 1983, tenham melhorado consideravelmente, atingindo nesse ano um crescimento na ordem dos 4.2% do PIB, progredindo até 5.6% em 1988.

Todavia, o modelo foi ineficiente, não necessariamente pelas suas características, mas sim, devido às especificidades peculiares encontradas na economia, tais como: guerra civil, a dependência do petróleo, falta de capital humano qualificado, entre outras que inviabilizaram o seu sucesso.

2.2 Período entre 1989 a 2002

Movidos pelo insucesso do anterior modelo, pela ineficiência das instituições, excessiva burocratização e centralismo, o governo decidiu adotar o modelo de transição para economia de mercado e neoliberalismo no período de 1989 a 2002, adotando as exigências e

¹ Foram estatizadas ou criadas as grandes empresas tais como: A Sonangol, TAAG, Endiama, BNA, TPA, Correios de Angola, ENE, Empresas Portuárias, Empresas ferroviárias e outras.

² Criado com objetivo de definir os sectores fundamentais da economia angolana

recomendações das instituições internacionais (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional)³, inserido num amplo movimento de liberalização económica no mundo.

Ajustando-se às novas regras do capitalismo contemporâneo liberal, privatizou-se algumas empresas, nomeadamente os sectores das indústrias e pescas deixando as grandes empresas ainda sob controle do Estado. O recomeço da guerra civil, fruto da polémica das eleições de 1992, originou um fracasso das políticas económicas, levando com que as reformas implementadas não afluíssem grandes resultados em função da instabilidade política e militar verificada na época, e por essa razão o PIB deste período (1989 a 2002) decresceu em torno de -0,7%, obtendo uma taxa média da inflação na ordem dos 967,5%, e a conta corrente foi deficitária praticamente em quase todo período, bem como houve aumento do deficit fiscal.

2.3 Período entre 2002 a 2012

Com a paz alcançada, seguindo as recomendações do economista John Keynes, o governo angolano substituiu os planos de estabilização de carácter neoliberal por planos governamentais intervencionistas, através das políticas monetárias e fiscais expansionistas, visando alcançar os objetivos económicos e sociais.

Uma das variáveis que mais se destacou neste período (2002 a 2012), foi o PIB em consequência do forte crescimento da produção e exportação petrolífera, deixando bem clara a sua dependência na economia angolana, tanto para exportação (mais de 95%) como para a receita orçamental (cerca de metade) o que torna a economia angolana bastante vulnerável aos choques do preço do petróleo (FMI 2015).

Entretanto, uma das maiores preocupações do governo foi reduzir o nível da participação do sector petrolífero na economia, criando políticas económicas (monetária e fiscal) que alavancassem outros sectores. Do lado da política fiscal ampliaram-se as receitas provenientes do sector petrolífero, consequência das boas relações com os compradores (MINFIN 2008). Relativamente à política monetária, o BNA fixou estratégias diferentes das implementadas nos anos 90, adotando a política de emissão de títulos para financiar os investimentos públicos necessários ao desenvolvimento do país.

³ Praticando uma política monetária restritiva, realização de um amplo plano de privatização, desregulamentação plena da economia, a permissão do investimento estrangeiro direto.

Em consequência das políticas acima referidas, a partir de 2004 o ambiente macroeconómico apresentou resultados favoráveis, para além do crescimento do PIB e a inflação passou a estar mais controlada, tornando o ambiente económico atrativo para o investimento privado. As melhorias foram evidentes durante alguns anos, até que em 2008, por força da crise económica mundial o mercado angolano foi afetado pela dependência do petróleo. Esta situação criou assim um arrefecimento no destemido plano do governo que até então havia produzido bons frutos.

2.4 Período entre 2012 a 2019

Após a primeira crise económica deflagrada em 2008 decorrente do choque petrolífero, o governo não alterou o modelo económico, muito embora se tivessem verificado fortes quedas nas receitas fiscais, que caíram entre 2012 de 50% para 34,6% do PIB em 2015 e nas exportações de 74% para 54,1% entre 2008 a 2015. No entanto, foram feitos alguns ajustes fiscais e monetários de modo a evitar maiores desequilíbrios, tendo apresentado algumas melhorias até ao período de 2014-2015 em que a economia viveu o segundo choque petrolífero, e os sectores mais afetados foram os das indústrias transformadoras e dos serviços. A inflação subiu a conta corrente e esta passou a ser deficitária, as reservas internacionais sofreram uma redução acentuada, levando o governo a tomar medidas conjunturais, tais como:

- Ajustamento da taxa de câmbio;
- Disponibilidade adicional de divisas (BNA 2009);
- Eliminação do subsídio aos combustíveis⁴

Estas medidas tiveram como resultado um cenário favorável nas variáveis macroeconómicas, assim como um ligeiro crescimento de 1.25% do PIB não petrolífero em 2017 (FMI 2018). Segundo o FMI, a economia era considerada a terceira maior economia e o terceiro maior exportador de petróleo da África subsariana com reservas do petróleo estimadas em 9.5 mil milhões de barris em 2016.

⁴ Segundo as declarações do anterior ministro das finanças Augusto Archer de Sousa Manguiera, a FFF negociado com o FMI teve um limite de USD 4,5 mil milhões, porém foi aprovado apenas USD 3,7 mil milhões com objetivo de apoiar as reformas económicas.

Porém, a recuperação não logrou um resultado satisfatório no longo prazo, isto é, até ao início de 2017. O conjunto de políticas económicas adotadas na véspera das eleições (expansão orçamental e o sistema de câmbio fixo) foi insustentável, corroendo os resultados fiscais positivos já obtidos.

No início de 2018, o governo começou uma nova discussão de políticas de ajustamento económico para uma melhor governação e restauração da estabilidade macroeconómica, lançando uma série de propostas reformistas, referidas no Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) e no Plano de Desenvolvimento para 2018-2022, ambos apresentados nas negociações de uma nova Extended Fund Facility (EFF) com o FMI. Os resultados foram notórios registando-se um abrandamento da inflação (18,60%, em 2018) inferior à previsão do FMI (20,7%), resultante da política cambial (taxa de câmbio reduziu em cerca de 2%) e melhoria no preço do petróleo no final deste período (de 71.19 USD para 81 USD), beneficiando as finanças públicas com um ligeiro aumento das receitas petrolíferas, havendo registado um total de AKZ 1.460,762 mil milhões, superior em 21,5% à previsão de receita inscrita no OGE. Com o problema parcialmente resolvido, as discussões do governo voltaram-se para a política fiscal e atualização do quadro da política monetária.

No entanto, no 3º trimestre de 2019, a economia começou a revelar sinais negativos, dado que o PIB caiu cerca de 0.8% decorrente da volatilidade da produção petrolífera, com o preço do petróleo a situar-se numa média anual de 64 USD, originando assim, uma contração da produção não petrolífera. No tocante à evolução da política cambial do período, foi essencialmente marcada pela flexibilização da taxa de câmbio, visando à eliminação de distorções ao normal funcionamento da economia. Cumpre registar a depreciação acentuada do AKZ, cujas taxas no final de Outubro (taxas médias ponderadas de venda) se fixaram em $USD/AKZ = 496,636$ e $EUR/AKZ = 554,096$, enquanto às reservas internacionais brutas em termos mensais, registaram um declínio de 1,55% por força do pagamento de serviço da dívida e a inflação fechou o período com uma taxa de 16,89%, inferior aos 18,60% verificados em 2018.

Portanto, de um início pouco favorável num pós-socialismo, neoliberal ineficiente, um governo intervencionista voltado para a dependência da commodity petrolífera, estas situações marcaram o cenário económico angolano ao longo da sua trajetória até 2019, apesar dos sucessivos esforços na implementação de políticas económicas de diversificar actividade produtiva nacional, no sentido de promover a produtividade endógena fazendo com que essa

produção atenda a demanda por bens e serviços internos e consequentemente à substituição de importações.

3 Revisão da literatura sobre o financiamento bancário e economia.

A pergunta de partida do presente trabalho consiste em analisar o impacto do financiamento bancário na economia angolana destacando os anos de 2012 a 2019. Entretanto, o presente capítulo destina-se a apresentar a literatura mais importante identificada sobre o impacto do financiamento do sector bancário nas economias a que se teve a acesso, tanto do ponto de vista teórico como empírico, partindo de um enquadramento geral para em seguida focar-se no caso de estudo.

3.1 Enquadramento teórico

Com as frequentes mudanças ao longo do tempo o sistema financeiro tem vindo a ganhar várias caracterizações, e o sector bancário é parte integrante do sistema financeiro de um país, segundo o FMI (2014) “o sistema financeiro do país é caracterizado pelas diversas instituições tais como: bancos centrais, sector bancário, mercados de valores imobiliários, fundos de pensão e de investimento, empresas seguradoras, infraestruturas de mercado, bem como as entidades reguladoras e de supervisão”.

Todavia, a especificação acima nem sempre se adequa às diversas economias por causa das suas peculiaridades. Zysman (1983) assinalou que não existe um sistema financeiro ideal que possa apresentar características por completo e que cumpram as respetivas funções nele exigido. Assim sendo, caracteriza dois tipos de sistema financeiro: Sistema financeiro baseado no mercado de capital que apresenta maior predominância do financiamento direto (ações e títulos de dívida) e o sistema financeiro baseado no crédito bancário (credit-based financial System) em que se verifica predominância do financiamento indireto, sendo o crédito bancário a principal forma de financiamento apresentando mercados de capitais fracos e no entanto a economia é maioritariamente financiada de forma indireta.

Zysmn (1983) concluiu que de acordo com a cosmovisão histórica, ambos os sistemas são funcionais para a actividade económica, assim como o desenvolvimento do próprio sistema financeiro. De igual modo, Levin (2001) sustentando que, principalmente nos países em crescimento, os sistemas financeiros baseados no crédito bancário geraram melhores

afetações de recursos, sendo que melhor mobilizam poupança assim como alocação do capital.

Em economias modernas, o sector bancário é caracterizado como instituições capazes de intermediar recursos financeiros e estimular o crescimento económico no sentido de permitir a satisfação das necessidades de financiamento dos agentes económicos em um dado momento, bem como a cobertura parcial dos riscos a que os mesmos, estão expostos. Segundo Leão et al (2019 p, 80) o processo que ocorre quando uma instituição bancária disponibiliza recursos a um agente económico (famílias, empresa, estado) com necessidades de financiar as suas atividades num dado momento, denomina-se financiamento.

Deste modo uma economia é financiada de duas formas: financiamento interno, que ocorre quando os agentes económicos financiam as suas necessidades com fundos próprios ou lucros obtidos ao longo das suas actividades; e financiamento externo que sucede quando as necessidades de financiamento são satisfeitas, recorrendo a fundos externos que são por sua vez, também caracterizados por diretos e indiretos. No que toca ao financiamento externo indireto, são diversas as formas existentes nas quais o financiamento do sector bancário está enquadrado.

Segundo Paula (2013a, 2014b) duas correntes teóricas sustentam abordagem sobre o papel do sector bancário, bem como, o seu impacto no financiamento económico: teoria convencional da intermediação financeira e teoria pós-keynesiana, em que ambas afirmam existir uma relação positiva entre o sector bancário e a actividade económica. Entretanto vários teóricos polarizam argumentos que sustentam a teoria convencional da intermediação financeira originalmente desenvolvida por Gurley e Shaw (1955 8, p.480) concluindo que o papel dos bancos consiste em intermediar actividade financeira devido às falhas existentes no mercados, ao que Leland e Pyle (1977) começaram por caracterizar um deles descrevendo a assimetria de informação, e concluindo que o papel dos bancos consiste em reduzir os efeitos das assimetrias de informações entre ofertantes e tomadores para que ambas as partes tenham o mesmo nível de informação.

Fama (1980) e Merton (1995) sustentaram que os bancos para além de reduzirem os efeitos das informações assimétricas, também reduzem os custos de transações fruto do risco moral e da seleção adversa entre os ofertantes e os tomadores dos fundos, supondo que, o sector bancário reduz os custos de busca através da rede de agencias, internet, telefone e outros, bem como, os custos de negociações através do uso de contratos padronizados de

créditos, ou seja, na ausência dos bancos a estrutura de custos ou retorno dos poupadores e tomadores de crédito seria maior em função do maior custo de transação.

Allen (1997) e Santomero (1999) acrescentaram que o sector bancário também desempenha um importante papel no gerenciamento dos riscos através das taxas de juros, custos dos ativos, diversificações nas carteiras de investimentos e outros, permitindo gerir melhor os riscos, um aspeto considerado fundamental pelos ofertantes de fundos.

Entretanto, a teoria convencional da intermediação financeira enfatiza com maior relevância o papel dos bancos na intermediação financeira, porém ignora o seu impacto no financiamento real da economia. Para estes teóricos, o sector bancário pode suavizar os problemas das informações assimétricas, mitigar os custos de transações, gerenciar os riscos, mas nem por isso a sua actividade afeta as variáveis reais da economia e, portanto, consideram o sector bancário como neutro, porque ao analisarem o papel dos bancos não fazem distinção entre o comportamento de um banco analisado individualmente e um conjunto do mesmo sector.

Em contrapartida à teoria convencional, identificou-se a teoria pós-keynesiana (Keynes 1930, 1937, 1939; Minsky, 1982; 1986; Zysmn 1983; Resende 2006; Paula 2013a, 2014b) considerada relevante para o estudo em curso, pois os teóricos desta corrente não só assumem o papel do sector bancário na intermediação financeira como também enfatizam o seu impacto no financiamento económico. O sector bancário é visto como o conjunto de instituições dinâmicas e não neutras, em cujo comportamento influencia as decisões dos agentes económicos, de igual modo à política monetária, as condições de liquidez e de financiamento. Segundo Keynes (1930. p, 688), “os bancos desempenham uma posição chave na transição de uma escala inferior da actividade económica para uma mais elevada, uma vez que um aumento na quantidade da moeda para atender o crescimento no produto total requer concordância do setor bancário.”

Por outro lado, Minsky (1986) complementa a ideia de Keynes, observando que a actividade do sector bancário é dinâmica e inovadora no sentido de gerar lucro não só para o próprio sector, mas também para economia em geral, sendo que, na perspetiva do autor, os bancos são instituições com aspirações próprias a respeito da obtenção de lucros, afetando as condições de financiamento (crédito agregado) na economia e de igual modo o comportamento dos preços, da renda e emprego.

Paula (1997.p,368) explica que quando os bancos concedem financiamento (crédito) para clientes, eles criam ao mesmo tempo um financiamento (crédito) e um depósito (débito). Na concepção do autor, o crédito concedido é utilizado pelo cliente para efetuar gastos e correspondentes pagamentos, no que resulta em depósitos em outros bancos, que por sua vez concedem financiamento correspondente aos depósitos, e assim sucessivamente. Porém, tal concepção faz maior sentido quando considerado o setor bancário como um todo, não apenas o banco de forma individual. Assim sendo, o volume total de depósitos é igual ao volume de crédito concedido, possibilitando o aumento da produção em uma economia, pois a condição de financiamento tem impacto decisivo sobre a decisão de Investimento e sobre os níveis de gastos dos agentes, afetando as variáveis reais da economia, como produto, investimento e emprego.

Resende (2006. P, 137) ao analisar o circuito *finance-investimento-poupança-funding* em economias abertas, anteriormente desenvolvidas por Keynes (1937) ressaltou que isto ocorre porque o financiamento do sector bancário está ligado a um fundo destinado ao consumo com objetivo de estimular a atividade das indústrias de bens de investimento. Portanto o papel dos bancos assim como o seu impacto na atividade económica, quer seja no sentido de intermediar as transações financeiras quer seja no acto de criar estímulos para o crescimento afetando as condições de financiamento da economia, tem um impacto positivo nas economias.

3.2 Política monetária e financiamento bancário

O sector monetário de uma economia é constituído por um banco central, com poder de criar moeda, gerir a política monetária e o sector bancário que tem o poder de criar depósitos. Segundo Lagoa et al (2019, p. 32), estes autores enfatizaram que uma economia é constituída pelo sector monetário e o sector não monetário. Os bancos centrais maioritariamente ao gerirem a política monetária estabelecem como objetivo principal, o controle da inflação e nível de crescimento económico e como tal, utilizam alguns instrumentos que os permite alterar (subir ou descer) a taxa de juro global na medida em que for necessário.

Ao alterar a taxa de juro global, implica a alteração das demais taxas de juros praticadas no mercado monetário, incluindo as taxas de juro que o sector bancário pratica na concessão de financiamento a economia. Leão et al (2019, p. 273-274) ao analisar os efeitos da alteração da taxa de juro sobre as variáveis macroeconómicas, explicaram que as taxas de juros

relativamente mais baixas têm um efeito positivo na economia apesar de que tal situação aumente a inflação, porém num curto espaço de tempo não cria pressões permitindo o aumento da procura de crédito ao sector bancário pelos agentes económicos.

Em economias em vias de desenvolvimento com mercados de capitais (ações e obrigações) relativamente fracos como é o caso de Angola, o crédito bancário constitui-se como a maior fonte de financiamento para os agentes económicos assim sendo a política monetária tem forte influência na demanda e oferta do financiamento bancário bem como na supervisão do sector financeiro relativamente a exposição em relação aos riscos.

3.3 Casualidade identificação das variáveis de estudo

Constataram-se vários argumentos sobre o tema em análise, em que vários teóricos argumentaram sobre o impacto do financiamento bancário na economia (Shummpster (1934; Keynes 1937; Goldsmith 1969; Minsky 1986; Levine (2001) Resende 2006; Paula 2014; Lagoa at al 2019) ressaltando que tal impacto pode ser estudado tomando como base a variável crédito concedido aos diversos sectores da economia, analisando sua influência no consumo, nível do investimento agregado e consequentemente no produto interno bruto (Matos 2014, p. 3)

Keynes (1937 p. 668) ao analisar o circuito entre poupança, financiamento e investimento, deu um forte contributo ressaltando que os bancos ao concederem crédito à economia, criam condições de liquidez o que aumenta a demanda por bens e serviços permitindo com que ofertantes aumentem a sua produção e consequentemente o aumento do nível de execução dos projetos de investimento em carteira.

Lagoa at al (2014. p, 271) ao analisarem os canais de transmissão da alteração das taxas de juros nas diversas variáveis macroeconómicas, afirmam existir uma relação positiva entre crédito bancário e a actividade económica, explicitando que o nível do investimento numa economia para além de depender da volatilidade da taxa de juro, também depende da capacidade de financiamento que os agentes económicos dispõem. Entretanto, quando os agentes económicos aumentam a capacidade de liquidez por meio da obtenção do crédito,

influenciam o variável consumo e investimento agregado este que por sua vez estimula o aumento da produção.⁵

Todavia, os autores também explicam que nas economias desenvolvida há uma certa vantagem em optar pelo financiamento direto (ações obrigações) devido algumas desvantagens do crédito bancário tais como custo do crédito, os prazos relativamente curtos, a resistências que os bancos apresentam na concessão. Porém isto não ocorre nas economias em desenvolvimento ao que Paula (2013, p. 394) concluiu que em economias em desenvolvimento os mercados de capitais são fracos e como tal os agentes para expandirem suas atividades têm que recorrer ao crédito bancário devido a fragilidade financeira existente.

Dada a complexidade e o contexto macroeconómico adverso da economia angolana, parece não existir um modelo desenvolvido que nos ajude a medir o impacto do financiamento bancário e assim sendo, a solução usual é a utilização de diferentes variáveis que sozinhas, são apenas uma faceta do funcionamento do sector, mas, analisadas em conjunto, contribuem para o entendimento do impacto do financiamento bancário na economia real, tais como o crédito concedido a particulares, crédito total por sector de actividade económica e a sua contribuição na actividade económica tomando como base a análise do produto interno bruto a preços correntes.

⁵ Tal concepção é valida num contexto de taxa de inflação relativamente estável no caso dos países desenvolvidos.

4 Panorama do sector bancário angolano

Este capítulo tem como objetivo, fazer uma descrição detalhada das principais instituições financeiras existentes no sector bancário angolano, a cobertura do serviço bancário a nível regional, a estrutura do património do sector e o nível de adequação do capital.

4.1 Caracterização do Sector Bancário

O sector bancário tem um papel importante na economia angolana, e insere-se no seu todo na economia do país. Consequentemente, é influenciado pelas políticas económicas, porém, a atividade bancária é fortemente influenciada pela política monetária. Segundo a BANC (2019), as principais funções do sector bancário na economia destacam-se no seguinte:

- Gerir depósitos, ou seja, as contas à ordem ou a prazo aplicada pelos clientes;
- Realizar as transações, recebimento e pagamento de cheques, transferências entre contas correntes ou pagamentos e recebimentos;
- Conceder créditos a particulares, empresas e ao estado;
- Realizar operações de locação financeira e cessão financeira;
- Emitir garantias e outros compromissos;
- Realizar operações no mercado de capitais, através das sociedades de intermediação;
- Promover a poupança e o investimento do desenvolvimento económico do país;
- Prestar consultoria, administração e gestão de carteira de valores mobiliários;
- Assegurar o funcionamento do sistema de pagamentos, além de promover o seu desenvolvimento e modernização;
- Disponibilizar serviços de câmbio, nomeadamente compra e venda de notas, moedas estrangeiras ou de cheques de viagem;
- Prestar serviço de alugueres de cofres, entre outros.

A actividade bancária angolana é regulada pelo BNA, sendo que a constituição de uma instituição bancária, depende da autorização a conceder pelo Conselho de Ministros, mediante o parecer favorável do BNA, bem como qualquer projeto de dissolução, fusão, cisão e alteração dos estatutos de uma instituição bancária. Tal como referido no capítulo anterior, o mercado financeiro angolano é maioritariamente caracterizado pelo sector bancário com quase 100% dos activos financeiros, sendo que ainda não há bolsa de valores, os mercados de

capitais e as instituições financeiras não bancárias, como os seguros, fundos de pensões desempenham um papel periférico.

Entretanto, a actividade de intermediação financeira em Angola é exercida somente pelos bancos, de acordo com o princípio da exclusividade pautado na Lei nº 3/2005 – Lei das Instituições Financeiras. Os bancos que realizam a sua actividade no âmbito destas funções são designados “bancos comerciais” ou “banca de retalho”, uma vez que detêm uma rede de balcões ou agências distribuídas pelo país e servem tanto clientes particulares, como empresas. Normalmente, os clientes bancários estão divididos em dois segmentos distintos, nomeadamente sector empresarial e particulares, permitindo com que os bancos adequem os seus instrumentos e serviços às necessidades específicas de cada segmento.

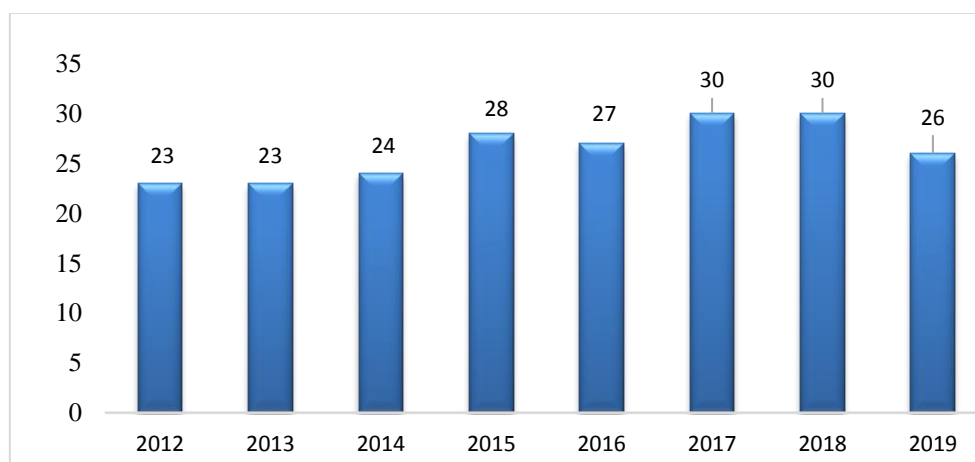
4.2 Composição do sector bancário angolano

Segundo BNA, até ao primeiro semestre de 2019 estavam autorizadas a funcionar no sistema financeiro angolano 26 (vinte e seis) instituições financeiras bancárias, sendo 3 (três) bancos públicos, 17 (dezassete) bancos privados nacionais, 5 (cinco) filiais de bancos estrangeiros e 1 (uma) sucursal. Segue o quadro síntese:

Quadro 4-1 Composição do sector bancário

Nº	Sigla	Nome	Início da Actividade	Controlo de Capital
1	BCI	Banco Comercial de Indústria , S.A	1991	Público
2	BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A	1991	Público
3	BCA	Banco Comercial Angolano, S,A	1996	Privado Nacional
4	BAI	Banco Angolano de Investimentos, S, A	1996	Privado Nacional
5	SOL	Banco Sol	2000	Privado Nacional
6	BE	o rácio de crédito	2001	Privado Nacional
7	BFA	Banco de Fomento Angola	2002	Privado Nacional
8	BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S,A	2002	Privado Estrangeiro
9	KEVE	Banco Keve, SARL	2003	Privado Nacional
10	BMF	Banco Bai Micro Finanças, S,A	2003	Privado Nacional
11	BIC	Banco Bic, S, A	2005	Privado Nacional
12	BNI	Banco de Negócios Internacional, S,A	2005	Privado Nacional
13	BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	2006	Público
14	ATL	Banco Millenium Atlático, S, A	2006	Privado Nacional
15	VTB	Banco VTB Africa, S, A	2006	Privado Estrangeiro
16	FNB	Finibanco Angola	2007	Privado Estrangeiro
17	BKI	Banco Kwanza Investimento, S,A	2007	Privado Nacional
18	BCH	Banco Comercial do Huambo, S, A	2009	Privado Nacional
19	SBA	Standard Bank de Angola, S, A	2009	Privado Estrangeiro
20	BVB	Banco Valor, S,A	2010	Privado Nacional
21	YETU	Banco Yetu, S, A	2013	Privado Nacional
22	BPG	Banco Prestigio, S, A	2013	Privado Nacional
23	SCBA	Standard Chartered Bank de Angola	2013	Privado Estrangeiro
24	BIR	Banco de Investimento Rural, S, A	2013	Privado Nacional
25	BCS	Banco de Crédito do Sul, S, A	2015	Privado Nacional
26	BOCLB	Banco da China Limitada- Sucursal em Luanda	2017	Privado Estrangeiro

Gráfico 4-1 Evolução de instituições bancárias autorizadas



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

Através do gráfico acima, é possível notar o aumento de instituições no sector, na ordem de 23 instituições bancárias em 2012 a 30 instituições bancárias em 2018, porém com uma ligeira redução no ano subsequente (2019), resultante da revogação da licença de 3 (três) instituições bancárias, das quais 1 (uma) por degradação significativa dos indicadores financeiros e a incapacidade de fazer face às suas responsabilidades no sistema de pagamentos nacional e 2 (duas) por incumprimento dos requisitos mínimos de capital no âmbito do Aviso n.º 2/2018, de 2 de Março sobre Adequação de Capital, sendo que o ano de 2018 foi marcado pela entrada em vigor da Norma Internacional de Relato Financeiro 9 (IFRS 9) no sector bancário angolano.

A adoção desta Norma representa um marco importante no processo de desenvolvimento do sector, tendo em conta a adoção plena das IAS/IFRS conduzido pelo BNA, que permitiu um alinhamento do sistema financeiro nacional com as melhores práticas internacionais do ponto de vista contabilístico, permitindo efetuar uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras dos Bancos que atuam no mercado angolano e as demonstrações financeiras dos Bancos que atuam em países desenvolvidos.

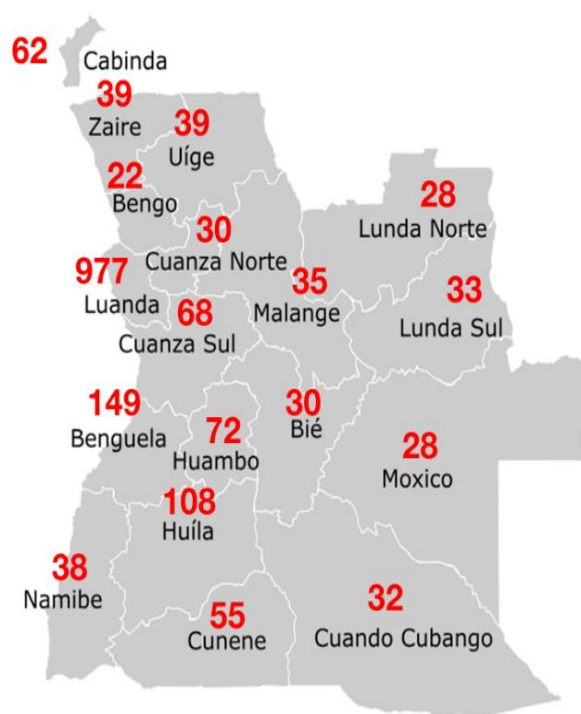
Assim sendo, durante o ano de 2019, o BNA emitiu um conjunto de normas para regulamentar a implementação da IFRS 9 pelo sector bancário nomeadamente: (i) a realização do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA), (2) a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no sistema financeiro e (3) a liberalização do mercado cambial.

4.3 Cobertura bancária no território angolano

Ao nível de cobertura geográfica segundo o BNA, os serviços bancários são distribuídos por agências pelo território angolano, a lei das instituições financeira angolana define agência como estabelecimento financeiro bancário ou instituição financeira não bancária, que seja desprovida de personalidade jurídica e que efetue diretamente, num todo ou em partes, operações inerentes à actividade da empresa ou estabelecimento suplementar da sucursal no país.

Assim sendo, até o ano de 2019, o sistema bancário angolano estava composto por um total de 1.845 agências conforme ilustrado abaixo:

Figura 4-1- Rede de agências bancárias a nível provincial em 2019



Fonte: BANC

O mapa anterior apresenta a distribuição da rede bancária por províncias, ressaltando que o acesso ao serviço bancário é relativamente assimétrico, notando-se uma disparidade abismal no acesso, sendo que a maioria das agências no país estão localizadas na província de Luanda, com 977 agências, seguida pelas províncias de Benguela 149, a Huíla 108 e o Huambo 72.

Por outro lado, as províncias com menos agências são o Moxico, com 21 agências, o Cuando Cubango com 32 agências, a Lunda Sul e a Lunda Norte, com 32 e 28 agências respetivamente, sendo províncias que possuem um vasto território em relação às demais. Contudo, necessita de intenso trabalho para atingir as regiões mais afastadas a distribuição dos serviços bancários.

Quadro 4-2 Evolução rede de agências bancaria a nível provincial

	Provincias	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1	Bengo	18	19	23	29	25	22	19	22
2	Benguela	117	133	145	149	148	148	151	149
3	Bié	24	28	30	33	34	32	29	30
4	Cabinda	39	57	62	64	66	63	62	62
5	Cuando Cubango	20	28	30	36	38	37	36	32
6	Kuanza Norte	23	27	30	32	36	34	31	30
7	Cuanza Sul	39	48	56	71	75	74	68	68
8	Cunene	34	37	37	45	51	55	57	55
9	Huambo	61	67	72	76	76	131	124	72
10	Huila	82	91	94	108	105	107	110	108
11	Luanda	746	837	930	982	1034	1135	1093	977
12	Lunda Norte	20	24	25	26	26	27	29	28
13	Lunda Sul	17	25	30	33	35	34	33	33
14	Malange	29	39	37	39	43	42	38	35
15	Moxico	21	29	27	29	29	28	28	28
16	Namibe	30	37	36	37	37	39	40	38
17	Uíge	27	38	34	38	40	41	38	39
18	Zaire	29	41	38	41	59	43	40	39
Total		1376	1605	1736	1868	1957	2092	2026	1845

Fonte: Elaboração própria com dados a partir do relatório anual da BANC

A partir do quadro acima é possível notar certo crescimento de agências bancarias em zonas afastadas da capital, ou seja, províncias mais afastadas como Zaire que esta a 500 km de distância de Luanda que no período de 2012 havia apenas 29 agências passando para 39 em 2019, bem como a província de Cuando Cubango que possui 1039 km de distância de Luanda e possuía 20 agências em 2012 passando 39 em 2019 e consequentemente a províncias de Cabinda, Uíge, Moxico.

Por outra, revelou também que apesar deste notório crescimento no período de 2012 a 2019, a distribuição dos serviços bancário continua assimétrico. Sendo que, regiões geograficamente amplas possuem menos agências em relação as regiões restritas. Por exemplo a província de Benguela possuía 149 agências em 2019 para 10 municípios, já a Província de Malanje possuía 35 agências para 14 municípios

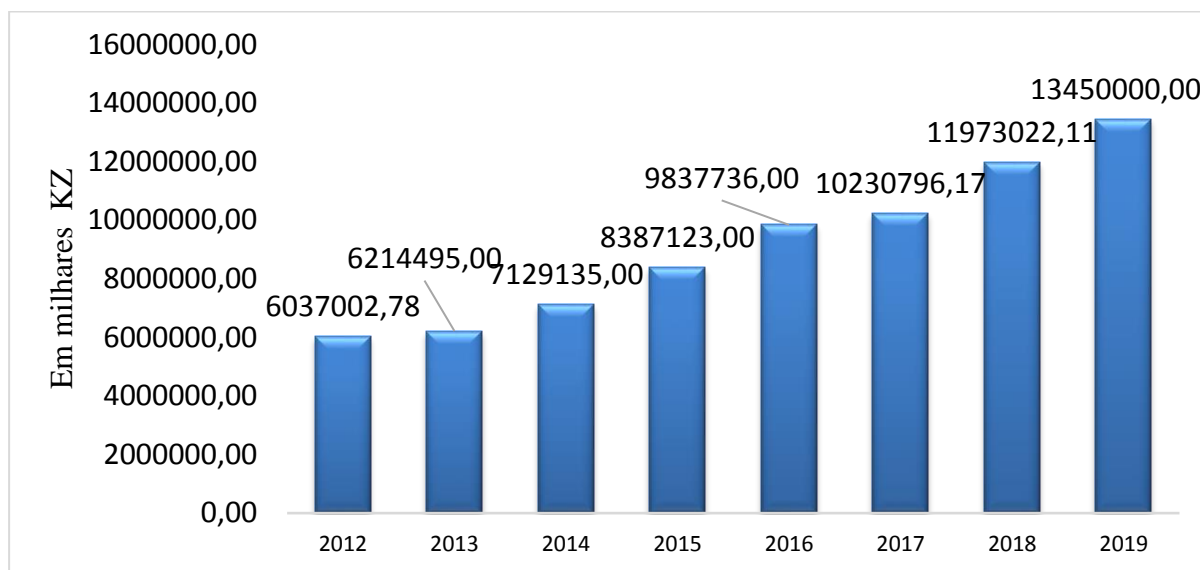
4.3.1 Estrutura patrimonial do sector bancário (2012-2019)

4.3.1.1 Activo

Em traços gerais, a estrutura dos activos do sector bancário apresentava uma composição heterogénea resultante de diferentes estratégias. Ao analisar o gráfico a abaixo nota-se claramente que, no período em análise, o sector bancário apresentava uma evolução em termos de activo bastante significativa, tendo em conta que o exercício económico de 2012, estava avaliado em cerca de Kz 5.900.360 milhões face ao período homólogo e depois de dois anos, em 2016 cresceu na ordem de Kz 10.109.696,49 apresentando um diferencial em quase 50% em relação ao ano de 2012.

Importa ainda referir que, neste período, o banco central BNA aumentou taxa de câmbio do dólar para 156,386 kwanzas contra os 135,988 kwanzas e este efeito da variação cambial teve um impacto positivo no activo da banca em geral.

Gráfico 4-2 Evolução do Total do Activo



Fonte: Elaboração própria com dados a partir do relatório da Deloitte/2019

Entretanto, crescimento dos activo prosseguiu para o ano de 2018, em que os activos estavam avaliados em Kz 12.666.374,00 milhões contra Kz 10.129.801,00 milhões registados no período homólogo, um ligeiro aumento de Kz 2.536.573,00 resultante fundamentalmente das aplicações em títulos e valores mobiliários conforme o gráfico 3.

Entretanto sob a supervisão atenta do BNA, que tem introduzido mecanismos de controlo e monitorização do sistema que visam regular e proteger a actividade financeira, o total dos ativos do sector têm vindo a apresentar uma tendência de crescimento muito acentuado desde 2012, tendo-se verificado um aumento de 139% até 2019, ao qual não tem sido alheia a desvalorização cambial do Kwanza face a moeda estrangeira, tendo em conta a influencia da conjuntura económica internacional sobre a economia angolana devido a dependência petrolífera.

Por outro lado, para o ano de 2019 estava avaliado cerca de Kz 14.102.312,00 milhões apresentando um crescimento nominal, permanecendo uma forte influência das aplicações em instrumentos de dívida pública. Entretanto, apesar do crescimento verificado em termos reais para o período há uma tendência de queda da contribuição da actividade bancária no Produto Interno Bruto (PIB).

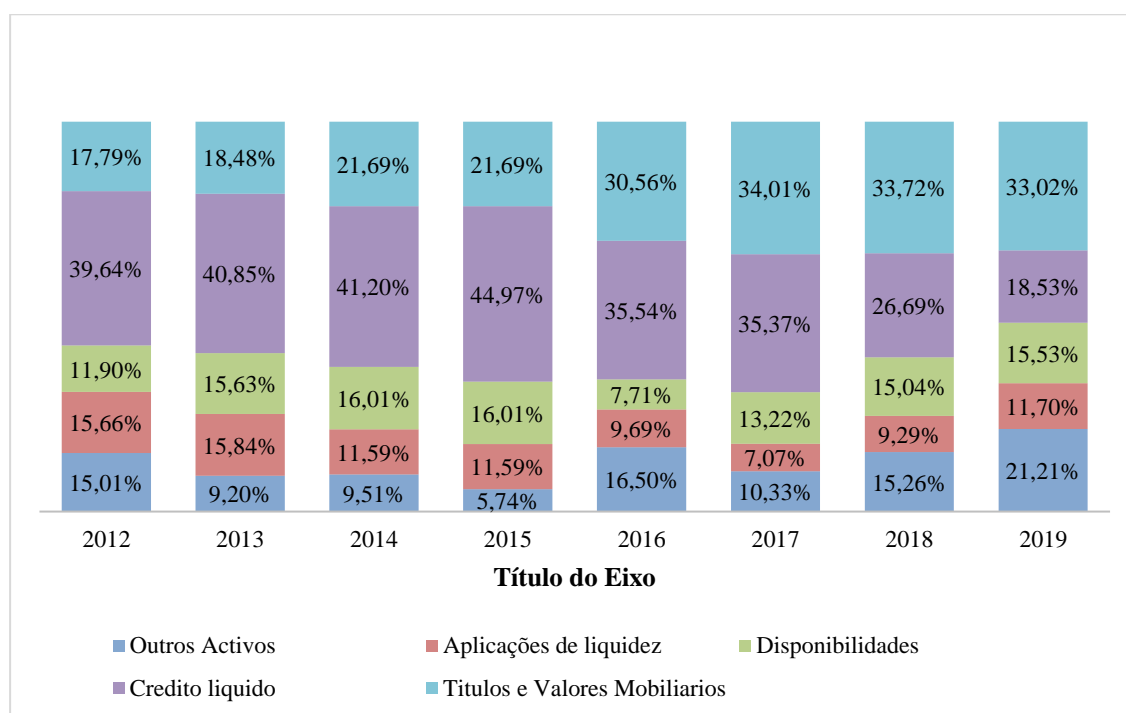
Segundo o relatório do FMI, até o ano de 2012 os activos eram muito concentrados em apenas cinco (5) bancos representando 70% do valor total do activo (Kz 5.900.360,00,) dos quais 3 bancos eram públicos e dois privados⁶, no seguimento disto, Ferreira M. e Oliveira S. (2018, p.4) argumentaram que, as instituições bancárias, tanto privados como públicas, eram notavelmente dependentes do governo para as suas operações, sendo que o grau de controlo sobre instituições é fundamental para o seu controlo sobre a economia política que o torna um sector concentrado, mal regulado e pouco institucionalizado como um risco sistémico para as economias africanas.

A estrutura do activo do sector bancário de forma sintética é composta pelas disponibilidades; crédito liquidado; aplicações de liquidez; títulos e valores mobiliários e outros activos. Pelo gráfico 3, nota-se que no período em análise duas variáveis predominaram os ativos, sendo estas, primeiro os créditos líquidos, ou seja nesta rubrica estão registados créditos concedidos a particulares, empresas, organizações e o estado, contribuíram ativamente na satisfação do financiamento dos agentes económico. Segundo os títulos e valores imobiliários. Para esta evolução, não serão alheias as conclusões resultantes do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos promovido pelo Banco Nacional de Angola em 2019 e que originou a necessidade de reforço das perdas por imparidade de crédito nas Demonstrações Financeiras.

⁶ Banco Espírito Santo Angola, Banco Angolano de Investimentos, Banco de Fomento Angola, Banco de Poupança e Crédito, Banco BIC.

Entretanto constatou-se também que no período em análise, peso do crédito sobre clientes na estrutura global do ativo dos bancos reduziu consideravelmente, tendo 39,64% em 2012 e 18,53 em 2019, tal redução revela que os bancos têm estado a dar menos prioridade ao crédito à economia.

Gráfico 4-3 Composição e evolução do activo (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

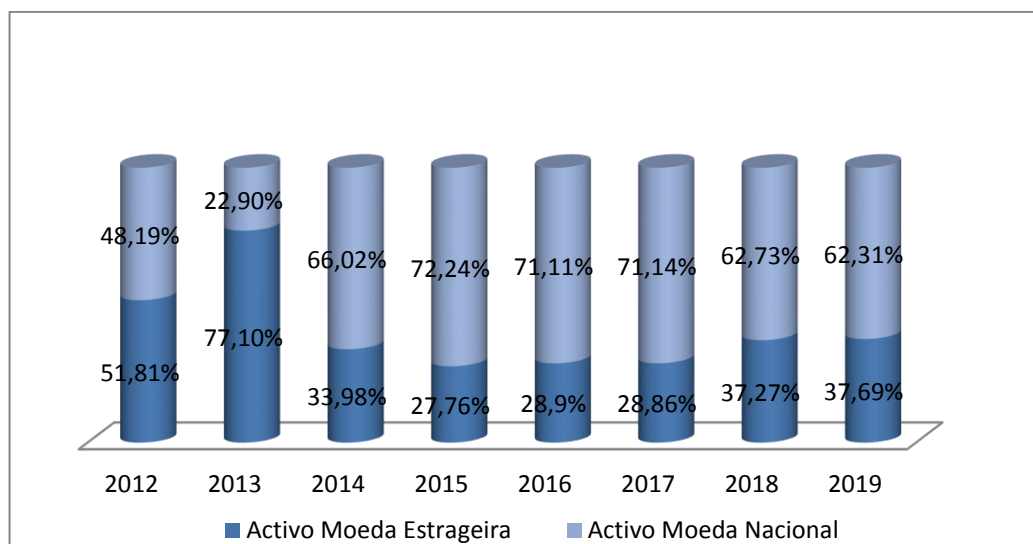
4.3.1.2 Activo por moeda

Outro aspeto notável ao longo da análise é o facto de que os ativos são cada vez mais representados pela moeda nacional. Nos anos de 2012 a 2013 devido ao processo de desdolarização que entrou em curso no ano de 2014, os ativos eram maioritariamente expressos pela moeda estrangeira que reduziu consideravelmente nos anos subsequentes tendo um grande diferencial conforme o gráfico 4.

De acordo com o actual contexto macroeconómico, a moeda nacional continua a depreciar-se em face de moeda estrangeira no mercado, pelo que os ativos expressos em moeda estrangeira se valorizaram, sendo que até ao final de 2019 os mesmos aumentaram significativamente: 37,69% do ativo total, em detrimento dos ativos em moeda nacional que aumentaram 12,11% e apresentaram um peso de 62,31% em 2019.

Apesar das várias alterações a concentração do activo continua elevada, permanecendo a maior absorção da quota de mercado por seis bancos cuja importância sistémica é alta, com 73,93% do total de activo do sector, registando uma diminuição de 2,25 p.p. relativamente ao período homólogo. Adicionalmente, os dezassete bancos privados nacionais detinham 76,13% do total de activos da banca, os seis bancos privados estrangeiros 9,30% e os três bancos públicos 14,57%.

Gráfico 4-4 Evolução dos activo por moeda (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

4.3.1.3 Passivo

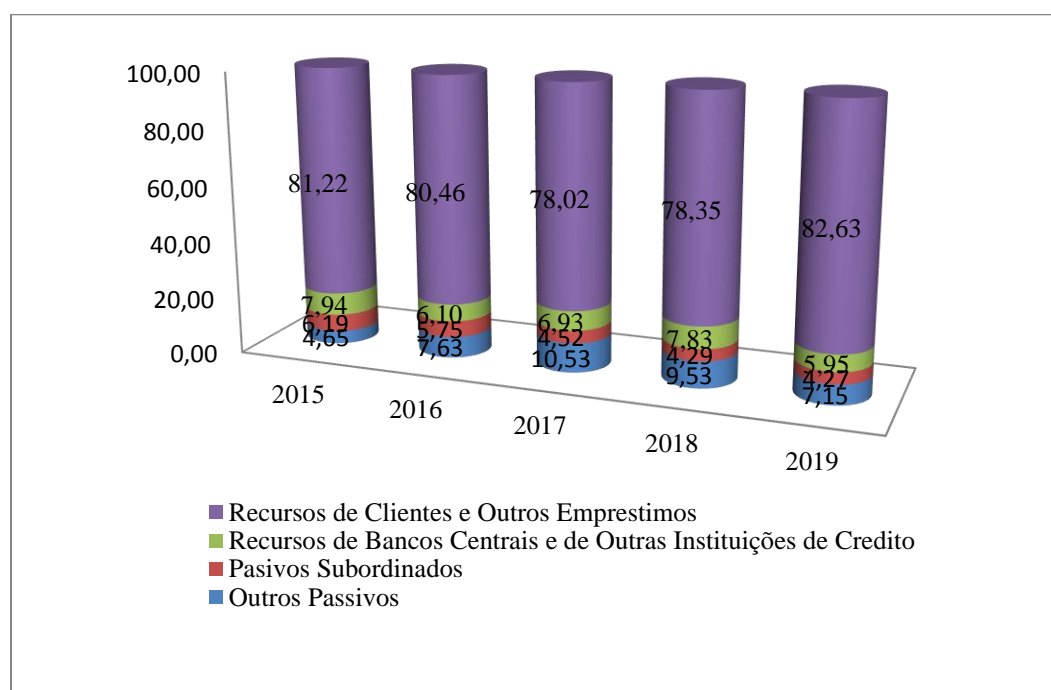
A análise do gráfico abaixo revelou que os recursos de clientes se mantiveram como a principal fonte de financiamento da banca no período em análise, representando 83,47% do passivo total em 2019, correspondente a Kz 9,78 biliões, superior em 21,22% face ao período de 2018. Deste total, 51,08% representavam os depósitos a prazo, 48,13% os depósitos à ordem e 0,79% outros depósitos.

O sector bancário prossegue com um maior nível de poupança captado junto do sector privado empresarial não financeiro com 49,28%, seguindo-se os sectores das famílias, do fundo de segurança social, do público empresarial não financeiro, do Governo Central e os restantes com 28,91%, 9,49%, 4,41%, 4,12% e 3,79%, respetivamente.

Destacando os 6 maiores bancos, estes detinham 79,23% da carteira de depósitos do sector bancário. Por outro lado, os bancos privados nacionais absorveram 74,50% dos

recursos totais de clientes do sistema, os bancos públicos captaram 17,43% e os bancos privados estrangeiros apresentaram o menor peso com 8,07%. Importa destacar que, a taxa de crescimento dos depósitos dos bancos nacionais apresentou maior volatilidade nas respetivas carteiras comparativamente aos bancos estrangeiros.

Gráfico 4-5 Composição e evolução do passivo (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

4.4 Solidez do Sector Bancário

Segundo o departamento de supervisão do sector bancário existe uma obrigatoriedade dos bancos em manter capitais suficientemente fortes para sustentar perdas operacionais, os possíveis riscos que possam surgir e ainda honrar os compromissos com os respetivos credores, funcionando como uma margem de segurança para colmatar prejuízos inesperados. Assim sendo, pareceu-nos importante analisar a evolução de alguns indicadores de solidez do sector bancário pelos indicadores disponíveis que se seguem:

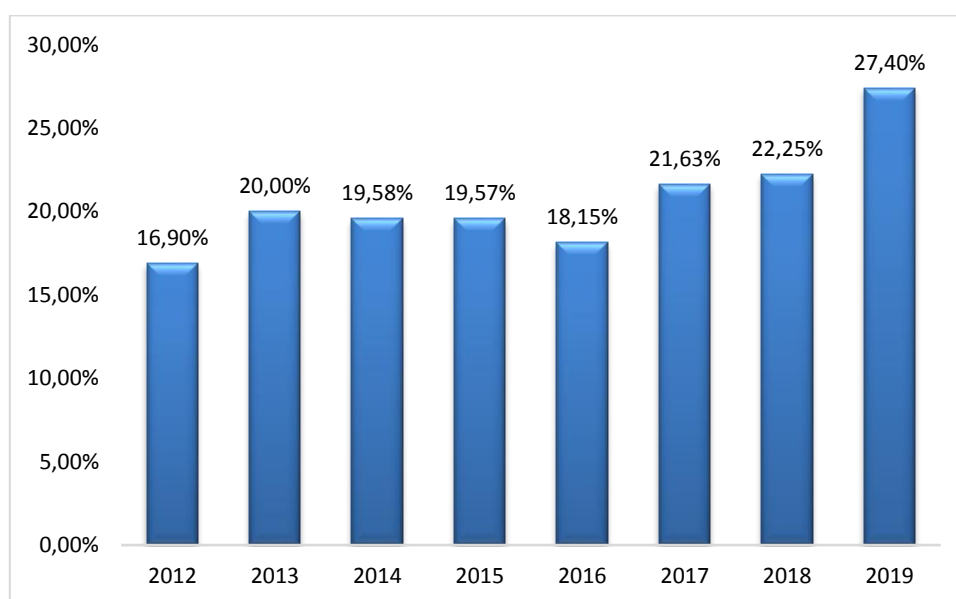
4.4.1 Adequação de Capital

Atendendo às incertezas da economia mundial, urge uma maior preocupação com o capital em risco dos bancos, assim no período em análise os órgãos reguladores emitiram regras cada

vez mais restritivas com o objetivo de manter a estabilidade do sistema financeiro prevenindo essencialmente o risco sistémico conforme o aviso nº. 05/07, de 12 de Setembro.

Não obstante a este facto, o ano de 2019 foi marcado pelo aumento do rácio de adequação de capital do sector bancário angolano, situando-se em 27,40%, sendo superior aos 22,25% registados em 2018, devido fundamentalmente a diminuição dos ativos ponderados pelo risco de crédito, verificado através do rácio de Solvabilidade conforme o gráfico abaixo;

Gráfico 4-6 Rácio de Solvabilidade (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

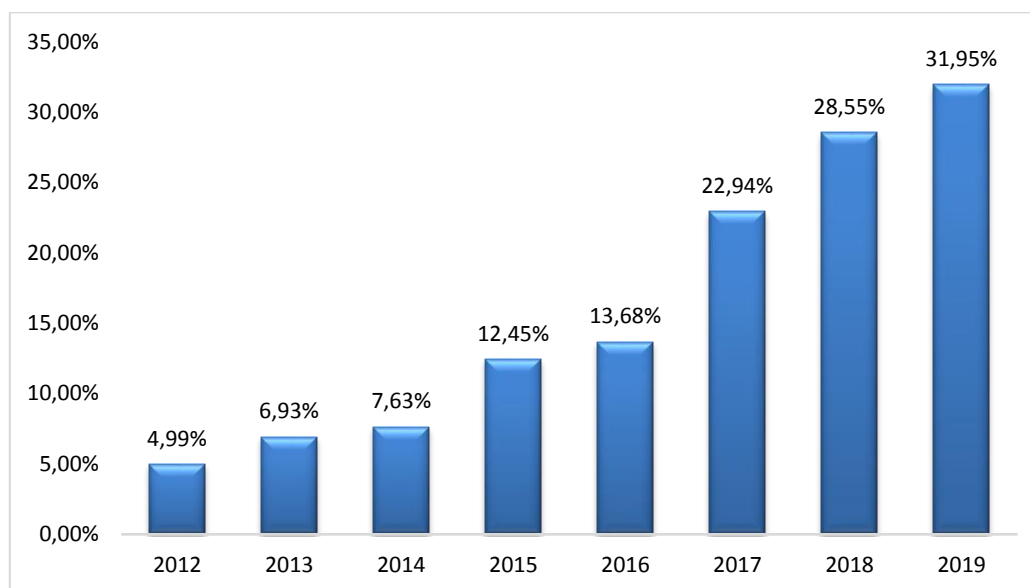
Assim sendo, os rácios parecem confortáveis pois estão acima de 8% que é mínimo exigido. Em termos de ranking do BNA, de modo geral os bancos que se posicionaram nos primeiros lugares em termos de ativos e passivos, apresentam rácios mais próximo do mínimo regulamentar, evidenciando maior apetite ao risco e por conseguinte maior consistência em termos de exposições aos riscos.

4.4.2 Qualidade dos Ativos

Num contexto de persistência dos altos níveis de inflação, uma lenta recuperação da actividade económica nacional, a qualidade dos ativos do sector bancário torna-se um fator preocupante, porquanto o gráfico seguinte revela-nos um aumento rápido da taxa de incumprimento sobre a concessão de crédito, colocando em causa a capacidade do sector de

conceder mais crédito à economia e como tal é um problema financeiro grave dos sistemas bancários.

Gráfico 4-7 Evolução do rácio de incumprimento (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

O Banco Nacional de Angola explicou que tais aumentos se justificam pelos problemas de liquidez dos serviços do estado que vêm apresentando nos últimos anos tais como: - Os cortes nos custos com pessoal por parte de muitas empresas, sobretudo as petrolíferas, por via de despedimento e redução salarial, aumentou os níveis de incumprimento dos créditos às famílias - Os cortes substanciais efetuados nos projetos de investimentos públicos, agravou sobremaneira o incumprimento dos empréstimos no sector da construção, etc.

Entretanto existiu a entrada em vigor da IFRS 9 e com as recomendações do órgão regulador após inspeções da qualidade dos ativos, em linha com o plano estratégico do BNA, estando associada a implementação das recomendações de organismos internacionais, nomeadamente o FMI em maio de 2019

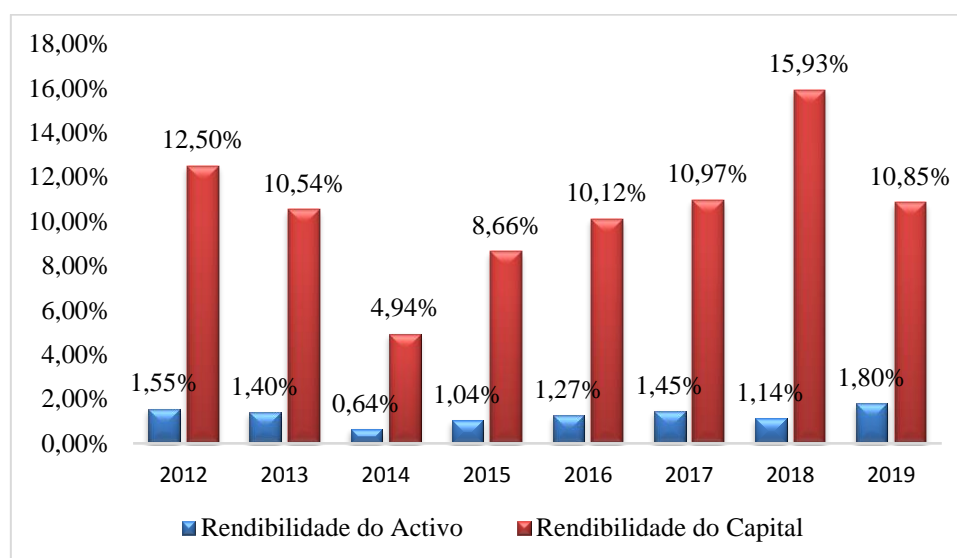
O BNA procedeu ao início do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activo (AQA), abrangendo 12 (doze) bancos que representam mais de 90% dos ativos nomeadamente Banco Millennium Atlântico; Banco Angolano de Investimentos; Banco Caixa Geral Angola; Banco de Comércio e Indústria; Banco de Desenvolvimento de Angola; Banco Económico; Banco de Fomento Angola; Banco de Negócios Internacional; Banco de Poupança e Crédito; Banco Sol; Finibanco Angola; Banco Keve, cujo término foi no final de 2019.

4.4.3 Rendibilidades

Segundo o BNA, como consequência do abrandamento da economia angolana, inicialmente resultante da queda do preço do petróleo, sector bancário registou uma diminuição dos resultados líquidos passando de kz 305,76 mil milhões em 2018 para Kz 252,16 mil milhões em 2019, devidos essencialmente à diminuição dos resultados de operações cambiais e do aumento das imparidades para créditos.

Com efeito, o gráfico abaixo revelou que o índice de rentabilidade do capital (ROE) apresentou um comportamento positivo em 2019 pois os níveis de rendibilidade do capital se encontram na média dos últimos 8 anos. Um valor acima de 10% é suficiente para remunerar o custo do capital num país desenvolvido. Dado o maior risco em Angola, talvez 10% seja ligeiramente abaixo do suficiente. Todavia o índice da rendibilidade dos ativos (ROA) aumentou consideravelmente no período 2018 a 2019.

Gráfico 4-8 Evolução das Rendibilidades (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

4.4.4 Liquidez

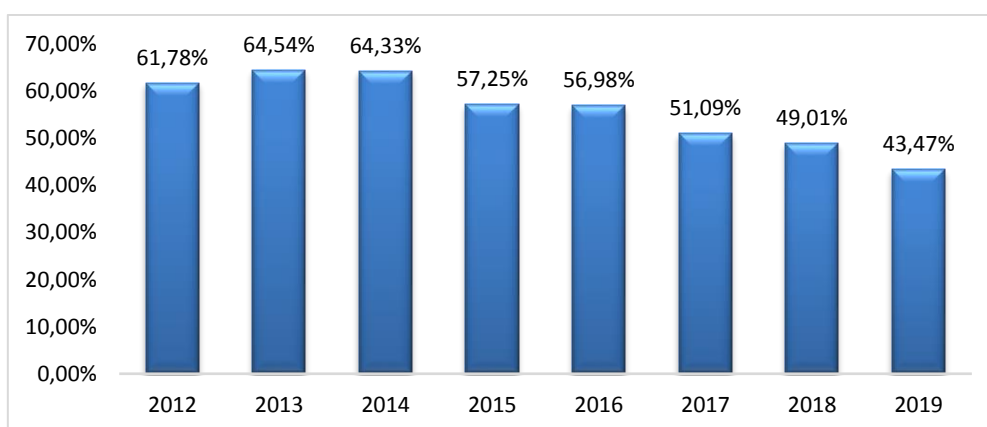
Relativamente à liquidez do sector bancário, o gráfico (ver gráfico 4.9) abaixo apresenta uma tendência decrescente do rácio de transformação sendo que de acordo ao relatório de supervisão em termos individuais, quase todos os bancos conseguiriam cobrir as suas

necessidades de liquidez com ativos líquidos de nível I, ou seja, activos que sejam fácil e imediatamente convertidos em disponibilidades.

Tendo em conta a elevada procura de moeda externa existente na economia e consequente escassez da mesma, algumas instituições do sector bancária tendem apresentar dificuldades no cumprimento das suas obrigações imediatas em moeda estrangeira com os seus clientes.

Com a tendência decrescente do rácio de transformação, os créditos totais tiveram maior representatividade em relação aos depósitos totais, devido a rigidez da desaceleração da actividade económica e rigidez na concessão de crédito, no entanto tudo indica que a liquidez apresentou melhoria no período em análise.

Gráfico 4-9 Evolução do Rácio de Transformação (%)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

5 Financiamento bancário angolano (2012-2019)

O presente capítulo destina-se a fazer uma análise do comportamento do crédito concedido nos diferentes agentes económicos começando pela caracterização da tipologia dos clientes bancários, e o crédito, para em seguida analisar os pressupostos inerentes no processo de concessão do crédito, a evolução do crédito do crédito concedido a clientes, a distribuição por sectores de actividade e finalmente o nível do crédito em incumprimento a fim de alcançar o objetivo do trabalho.

5.1 Caracterização da oferta e procura

Segundo Lagoa et al (2014. P, 271) em cada período os agentes económicos existentes numa dada economia possuem receitas ou rendimentos que obtêm com a sua atividade e por conseguinte, despesas decorrentes destas atividades, no entanto se num dado período as despesas forem superiores as receitas surge a necessidade de financiar a diferença optando pelo financiamento externo no mercado bolsista, acionista ou no sector bancário.

Em Angola ocorre da mesma forma, porque sendo uma economia em desenvolvimento e com mercados de capitais ainda embrionários, é o sector bancário que maioritariamente atende tal necessidade através da concessão de crédito aos diversos agentes económicos que constituem o sistema económico. Segundo o BNA, o crédito bancário corresponde ao acto pela qual uma instituição financeira bancária ou não bancária, agindo em título oneroso, coloca fundos à disposição de uma pessoa singular ou coletiva contra a promessa deste lhe restituir na data de vencimento ou periodicamente, uma obrigação por assinatura, tal como uma garantia.

Portanto, como referido anteriormente, os clientes bancários estão divididos em dois segmentos distintos, nomeadamente, o sector empresarial público e o privado. No seguimento disto, o sector bancário adequa a oferta de crédito às necessidades específicas de cada segmento tendo em conta as peculiaridades da economia, como se indica abaixo o quadro explicativo:

Quadro 5-1 Tipologia de clientes e crédito

Tipo de Cliente	Tipo de Credito
Privado (Particular e Empresas privadas	Consumo (Pessoal ,Automovel)
	Reforço de Tesouraria , Habitação e Investimento ,
Empresas Publicas	Investimento
	Reforço de Tesouraria

Fonte: BNA

Vale salientar, que fazem parte dos clientes do sector publico as instituições na finaceira excepto administrações públicas. Não obstante o segmento tipológico de clientes e crédito mencionado acima estes clientes são normalmente enquadrados nos diversos sectores de

actividade a que pertencem e para estudo tomaremos como base os sectores de actividade existente no sistema económico conforme o quadro abaixo:

Quadro 5-2 Sectores de actividade da economia angolana

Sectores de actividade do Sistema Economico Angolano	
1	Activ. Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões
2	Activ. Imob., Aluguers e Serv. Prest. as Empresas
3	Alojamento e Restauração (Restaur. e Similares)
4	Construção;
5	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais
6	Outras Activ. de Serv. Colect., Sociais e Pessoais
7	Pescas;
8	Prod. e Distrib. de Electricidade, de Gáz e de Água;
9	Saúde e Acção Social
10	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;
11	Comércio por Grosso e a Retalho;
12	Educação
13	Famílias Com Empregados Domésticos
14	Indústria Extrativa;
15	Indústrias Transformadoras;
16	Transportes, Armazenagem e Comunicações
17	Particulares

Fonte: BNA

5.2 Pressuposto na concessão de crédito

As políticas ou pressupostos a ter em conta no acto de concessão de crédito por parte das instituições bancárias angolanas não são homogéneas, dado que elas variam de banco em banco e normalmente são estabelecidas tendo em conta seguintes parâmetros:

1. A carteira de crédito que a instituição tem disponível; O BNA estabelece um limite mínimo relativo ao crédito que cada instituição bancaria deve conceder aos projetos prioritários de acordo as necessidades de desenvolvimento da economia. Segundo o relatório de supervisão publicado pelo BNA no final de 2019 das 14 instituições supervisionadas somente 5 instituições bancárias cumpriram com o capital mínimo estabelecido e por conseguinte 2,5% dos créditos concedidos foram destinados a projetos prioritários tais como o sector da Agricultura;
2. O nível de negócio da instituição bancária; tem-se também em conta o cash flow (entrada e saída) como consequência do abrandamento da economia angolana e da deterioração da qualidade dos ativos;

3. Nível de perdas por imparidades de instituição bancária; os riscos também são levados em conta devido ao crescimento crescente do crédito malparado existente na instituição e os diferentes históricos de cada cliente em questão.

Entretanto a partir dos pressupostos acima todas as instituições estabelecem os seus critérios de avaliação, critérios estes, que até certa instância tornam o processo de financiamento bastante burocrático e demorado.

Segundo o Relatório Global de Competitividade feito entre 2014-2015 alertou que, o acesso ao financiamento é o fator mais problemático para se fazer negócios em Angola. Igualmente, em 2015, o Índice Doing Business do Banco Mundial classificou Angola na 180.^a posição entre 189 países em termos de obtenção de crédito. No seguimento disto o Fundo Monetário Internacional argumentou que existem na economia angolana muitos fatores que inibem a diversificação económica e claramente o subdesenvolvimento da banca é uma das principais limitações.

Por outro lado, as instituições bancárias angolanas mantêm bastante cautela na concessão de crédito principalmente em alguns clientes privados (particulares, micro e pequenas empresas)⁷ com a justificação de que a falta de transparência empresarial e de proteção jurídica adequada, articulada com o elevado risco de crédito (ver gráfico 5.4), desincentivam a concessão de crédito, sendo estes, alguns fatores que reduzem a demanda por crédito por parte de vários clientes.

5.3 Análise da evolução do crédito do sector bancário

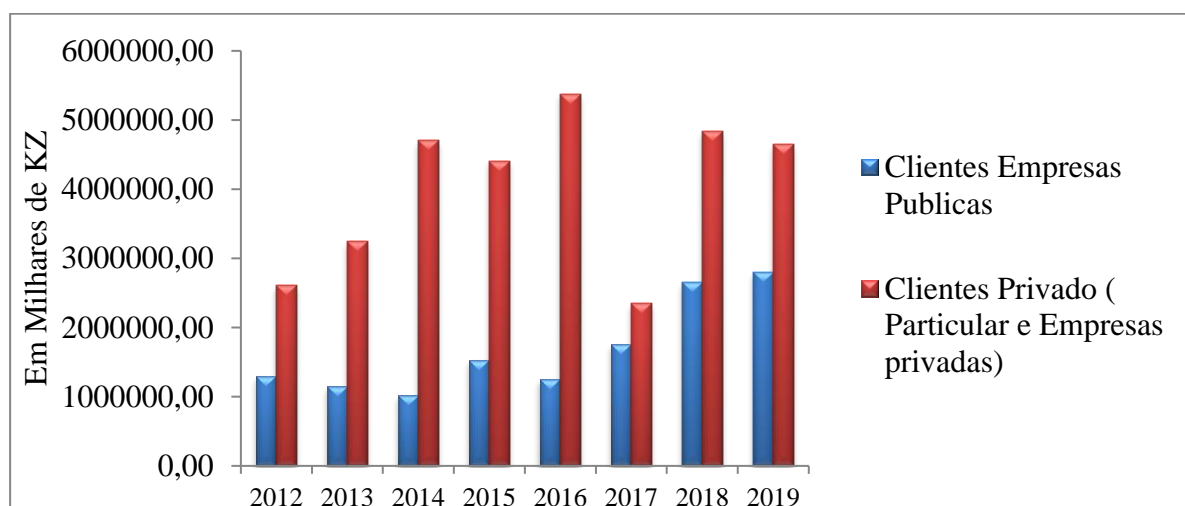
Para análise das variáveis do presente estudo de caso, foram extraídos dados nos relatórios de estatística do Banco Nacional de Angola divulgadas através do web site do BNA, e da Página Nacional de Síntese de Dados. Tal como referido anteriormente iremos analisá-los num período de oito anos, isto é, de 2012 á 2019, dado acreditarmos ser um período considerável, que permitirá alcançar o objectivo previamente estabelecido. Os dados serão apresentados anualmente com exceção de alguns que serão trimestrais devido às diferentes limitações encontradas no meio em que a pesquisa está inserida.

⁷ Para os clientes particulares, o grande problema consiste no salário baixo, enquanto nos clientes empresariais o problema está relacionado com a vida financeira pois têm as contabilidades desorganizadas, o que dificulta às instituições bancárias obter um real relatório sobre a empresa

Conforme o gráfico abaixo é possível notar que o período de 2012 a 2019 foi assinalado por um crescimento do crédito concedido a economia consideravelmente positiva. Vê-se claramente que o crédito foi maioritariamente concedido aos clientes privados em relação aos clientes do sector público, o que aparentemente seja positivo para o contexto adverso macroeconómico e com necessidade de diversificação económica proposto pelas políticas públicas neste período. Entretanto, nota-se também um aumento considerável de 2017 a 2019 do crédito concedido ao sector público.

Entretanto o crescimento apresentado não foi uniforme, é bastante visível uma forte aceleração crescente em torno do período de 2012 a 2016 principalmente para os clientes privados e uma queda no período de 2017, fruto das alterações económicas vivida após o choque petrolífero internacional de 2014 resultando em uma forte pressão inflacionista, redução nas reservas internacionais (ver o ponto 2.4).

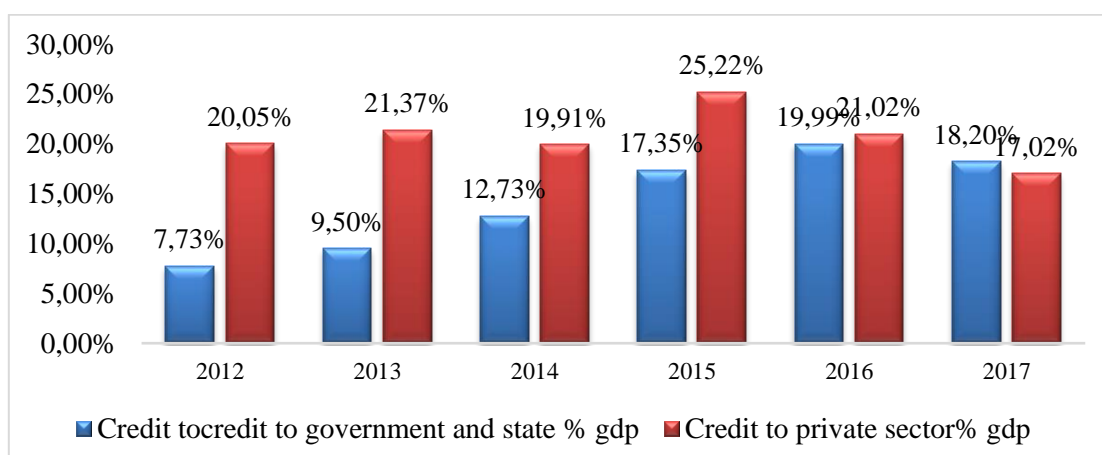
Gráfico 5-1- Evolução do Crédito aos clientes 2012-2019



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

Ao analisar as mesmas variáveis através dos dados encontrados no “World bank, global financial development” de 2012 a 2017 (ver gráfico 5.2), este se revelou similar ao gráfico 5.1, em que os clientes privados receberam maior fatia ao longo do período em análise, claramente com algumas oscilações. No entanto em termos percentuais, há uma estabilização do crédito ao setor privado, mas um crescimento do crédito ao setor público.

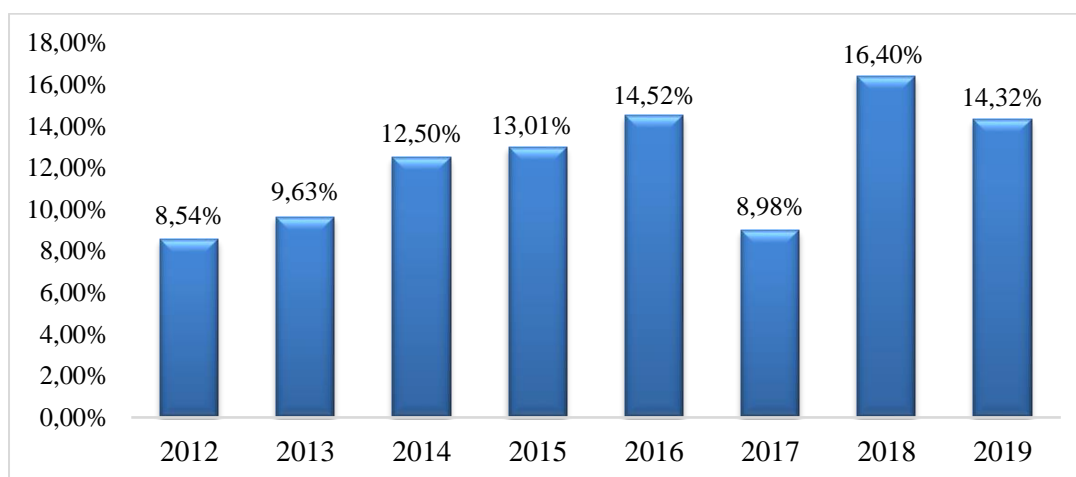
Gráfico 5-2 Crédito to government and state enterprises. (%) 2012-2017



Fonte: world bank, global financial development (Elaboração própria)

Todavia, vê-se também uma retoma em que a concessão de crédito cresceu a partir de 2018 até 2019 (ver gráfico 5.3), resultado de algumas políticas de supervisão do BNA no mercado monetário (Ver o ponto 4.3.1.3).

Gráfico 5-3 - Evolução do Total Crédito Concedido à economia no período 2012-2019



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do BNA

No entanto, a análise do gráfico acima revelou um fraco peso do crédito bancário sobre a economia justificado pelas características peculiares da economia, excessivas burocratizações por parte do sector bancário que tornam o processo de aquisição do crédito bancário problemático conforme a afirmação do Banco Mundial no seu relatório global de

competitividade feito entre 2014-2015, bem como a afirmação do Fundo Monetário Internacional.

Para além dos motivos mencionados acima que levam à redução da procura por crédito (Ver Ponto 5.2), não é alheia a influência das taxas de Juro ativas no comportamento cíclico verificado do crédito concedido a economia, e claramente no período em análise, a procura por crédito por parte dos clientes foi também influenciado pelo comportamento volátil que as taxas de juro apresentaram, quer seja para o sector privado ou público (ver quadro 5.3 e 5.4 a seguir

Quadro 5-3 Evolução da taxa de juro ativas do crédito concedido a clientes de Empresas Públicas

Periodo	Taxa de Juro do Credito as Clientes Empresas Publicas		
	Até 180 dias	181 dias a 1 ano	Mais de 1 ano
2012	15,32%	14,36%	15,09%
2013	15,08%	13,86%	13,11%
2014	17,39%	13,88%	13,69%
2015	15,41%	15,23%	14,84%
2016	15,84%	19,71%	15,19%
2017	18,63%	16,04%	13,73%
2018	19,83%	33,81%	19,96%
2019	14,39%	22,07%	10,19%

Fonte: BNA

Quadro 5-4 Evolução da taxa de Juro nominal do crédito concedido a clientes privados

Periodo	Taxa de Juro do Credito a Clientes Privados		
	Até 180 dias	181 dias a 1 ano	Mais de 1 ano
2012	17,21	12,82	13,29
2013	14,98	13,64	13,28
2014	14,91	13,59	12,02
2015	16,46	14,64	11,79
2016	20,16	15,94	13,02
2017	24,23	17,67	13,68
2018	27,28	20,51	21,38
2019	20,35	19,83	19,69

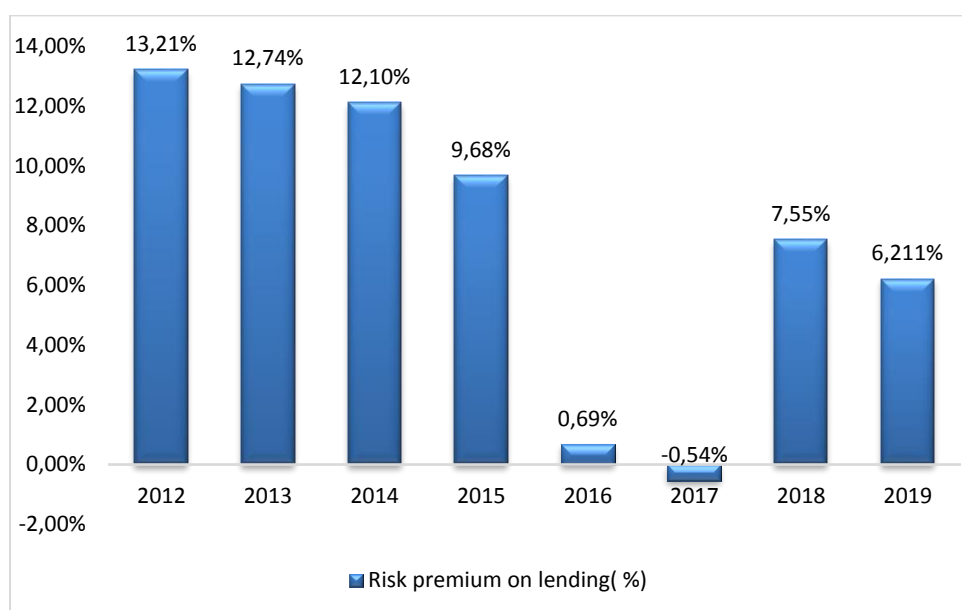
Fonte: BNA

A análise das taxas de juro acima revelaram fortes subidas ao longo do período em análise (2012 a 2019), resultante da condução da política monetária nacional, tendo em conta que qualquer alteração da taxa de juro do banco central (BNA) tem influência no custo de

financiamento do sector bancário, e tal influência reflete-se maioritariamente no lado da procura de crédito agregado.

Por outro lado, foi possível analisar o prémio de risco, ou seja, a relação entre o risco e o rendimento dos empréstimos (taxa dos empréstimos menos a taxa dos bilhetes do tesouro publicado) na world bank, global financial development revelando no gráfico abaixo que em tendência entre 2013 e 2019 há uma redução do prémio de risco.

Gráfico 5-4 - Evolução do prêmio de risco do crédito 2012-2019 (%)



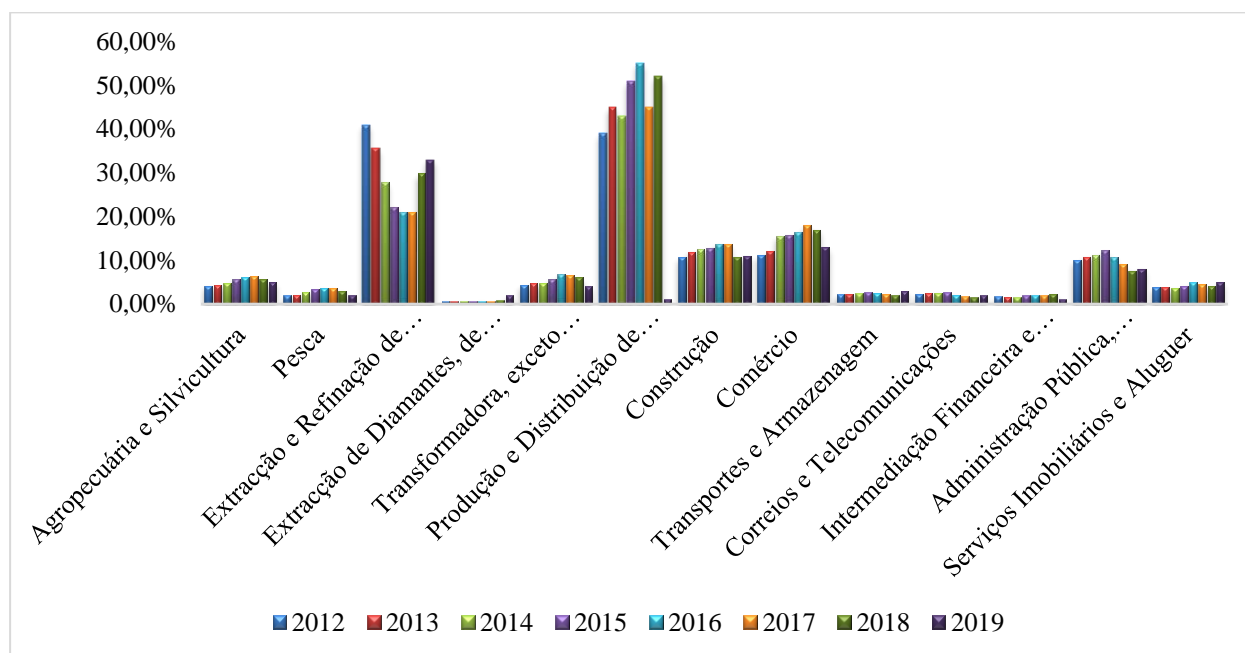
Fonte: world bank, global financial development (Elaboração própria).

Relativamente à análise da distribuição do crédito por sector de actividade, no período de 2012 a 2019, revelou-se uma clara concentração da concessão de crédito em quatro sectores de actividade económica (ver gráfico 5.5), com uma acumulação de 83,22%, designadamente: Comércio por grosso e a retalho; Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação às Empresas; Construção; Outras Atividades .de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais, denotando assim que os bancos têm beneficiado sectores menos estratégicos (Sector Agrícola, Sector das Indústrias) para as necessidades económicas que Angola vem enfrentando.

Sendo que, os sectores que menos têm sido beneficiados com crédito bancário nomeadamente, Agricultura; Indústrias Transformadoras e Extrativas, economicamente

falando são também os sectores chaves para colmatar o tão necessitado crescimento, como referido no ponto 5. 2.

Gráfico 5-5 Distribuição do crédito por sector de actividade (%) 2012-2019



8

Ao analisar a evolução do sector que mais se beneficiou do crédito bancário no período em análise, o quadro abaixo permitiu-nos suportar a percepção tida na observação do gráfico 14, que de facto, existe uma concentração do crédito concedido a economia em alguns sectores (Comércio por grosso e a retalho; Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas) no entanto a diferença mostra-nos que sector da Construção; Outras Atividades. De Serviços Coletivo, Sociais e Pessoais, apesar de representar grande fatia do crédito ao longo do período em análise parece ter decrescido (9,16%), bem como a indústria transformadora o que é mal para economia sendo é essencial para uma economia em desenvolvimento estimular as o sector de transformação.

⁸ **Activ. Fin, Seg. e Pensões:** Actividade Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões;

Activ. I., A. e S.P. as Es^{as}: Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas; **Org. Inter. e O. I. Extra-Ter:** Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais; **O. Activ.de Serv. C., S. e P.:** Outras Atividades .de Serviços Coletivo, Sociais e Pessoais; **P. e D. de E, Gás e Água:** Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e Água; **Agri, P. A, Caça e Silvic:** Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;

Comercio G. e a R: Comércio Grosso e a Retalho; **Famílias C/ E. D:** Famílias Com Empregados DomésticosI. **Transformadoras:** Indústrias Transformadoras; **Transp.Armaz. e. Comum:** Transportes, Armazenagem e Comunicações

⁹Quadro 5-5 Evolução da Distribuição do crédito por sector de actividade (%) 2012-2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Diferença
	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	Credito (%)	entre 2012 e 2019
Activ. Fin, Seg. e F.Pensões	3%	2,5%	7,94%	2,08%	2,53%	4,05%	2,5%	1,19%	-1,95%
Activ. I.,A. e S.P. as Es ^a s	14%	13,5%	16,77%	16,90%	16,43%	17,16%	18,9%	16%	2,50%
Alojamento e Restauração	2%	1,9%	2,28%	2,32%	2,69%	2,96%	2%	2,22%	0,57%
Construção;	13%	12,1%	13,92%	14,29%	14,18%	13,84%	14%	15,28%	2,48%
Org. Inter. e O. I. Extra-Ter.	0,1%	0,0%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0%	0%	-0,11%
O. Activ.de Serv. C.,S. e P.	23%	27,5%	15,27%	17,55%	13,83%	12,46%	13,41%	13,81%	-9,16%
Pescas;	0,2%	0,2%	0,29%	0,28%	0,31%	0,44%	0,46%	0,43%	0,26%
P. e D. de E, Gás e Água;	0,10%	0,1%	0,10%	0,61%	0,87%	1,00%	0,64%	0,47%	0,37%
Saúde e Acção Social	0,4%	0,2%	0,27%	0,38%	0,46%	0,51%	0,62%	0,62%	0,18%
Agri, P. A, Caça e Silvic;	3,5%	3,4%	5,22%	5,86%	7,15%	6,60%	5,79%	6,11%	2,57%
Comercio G. e a R.;	22%	21,0%	22,75%	24,68%	27,76%	27,56%	25,99%	25,87%	4,34%
Educação	0,4%	0,4%	0,34%	0,33%	0,61%	0,41%	0,46%	0,66%	0,25%
Famílias C/ E. D	0,2%	0,3%	0,08%	0,14%	0,02%	0,01%	0%	0,30%	0,15%
I. Extrativa;	5,3%	4,0%	2,45%	2,08%	2,27%	2,08%	2,11%	4%	-1,66%
I.Transformadoras;	11%	9,3%	9,91%	10,61%	8,46%	8,22%	9,11%	9%	-1,29%
Transp.Armaz. e Comun.	3,5%	3,5%	2,32%	1,79%	2,35%	2,64%	3,43%	4%	0,53%
Total credito por sector de activ	100%	100%	100%	100%	100%	100,0%	100%	100%	0,03%

Fonte: BNA

Relativamente à participação de cada sector de actividade no PIB conforme o quadro seguinte, revelou que alguns setores tais como: Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas, Actividade Imobiliária, não têm correspondência para os dados do PIB, apesar de existirem dados para o crédito, no entanto é possível que esteja no sector da construção apesar de não haver essa especificação.

⁹ **Activ. Fin, Seg. e Pensões:** Actividade Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões;

Activ. I., A. e S.P. as Es^as: Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas;**Org. Inter. e O. I. Extra-Ter:** Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais; **O. Activ.de Serv. C., S. e P.:** Outras Atividades .de Serviços Coletivo, Sociais e Pessoais; **P. e D. de E, Gás e Água:** Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e Água;**Agri, P. A, Caça e Silvic:** Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;**Comercio G. e a R:** Comércio Grosso e a Retalho;**Famílias C/ E. D:** Famílias Com Empregados DomésticosI. **Transformadoras:** Indústrias Transformadoras;**Transp.Armaz. e. Comum:** Transportes, Armazenagem e Comunicações

Quadro 5-6 Contribuição dos sectores de actividade no PIB

Descrição	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)	Credito (%)	Cont. PIB (%)
Activ. Fin, Seg. e F.Pensões	3%	2%	3%	2%	8%	2%	2%	2%	3%	2%	4%	4%	3%	2%	1%	1%
Activ. I.,A. e S.P. as Es ^{as}	14%		14,0%		17%		17%		17%		18%		19%		17%	
Alojamento e Restauração	2%	4%	2%	4%	2%	4%	2%	4%	3%	5%	3%	5%	2%	5%	2%	5%
Construção;	14%	28%	13%	25%	14%	24%	15%	18%	15%	24%	14%	21%	15%	24%	16%	25%
Org. Inter. e O. I. Extra-Ter.	0%	10%	0%	11%	0%	11%	0%	12%	0%	9%	0%	9%	0%	8%	0%	8%
O. Activ.de Serv. C.,S. e P.	24%	8%	29%	10%	16%	10%	18%	9%	14%	9%	13%	9%	14%	9%	14%	6%
Pescas;	0%	2%	0%	2%	0%	3%	0%	3%	0%	4%	0%	4%	0%	3%	0%	3%
Saúde e Acção Social	0%		0%		0%		0%		0%		1%		1%		1%	
Agri, P. A, Caça e Silvíc;	4%	4%	4%	4%	5%	5%	6%	6%	7%	6%	7%	6%	6%	6%	6%	5%
Comercio G. e a R.;	23%	11%	22%	11%	23%	15%	25%	16%	29%	16%	28%	17%	27%	17%	28%	14%
Educação	0%		0%		0%		0%		1%		0%		0%		1%	
Famílias C/ E. D	0%		0%		0,0%		0%		0%		0%		0%		0%	
I.Transformadoras;	11%	26%	10%	27%	10%	23%	11%	25%	9%	21%	8%	21%	9%	22%	10%	27%
Transp.Armaz. e Comun.	4%	5%	4%	5%	2%	4%	2%	5%	2%	4%	3%	4%	4%	5%	4%	6%
Total credito por sector de actividade	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

10

Entretanto, o alojamento e restauração tem pouco crédito face ao PIB, a construção, comércio e outras atividades e serviços públicos tem mais crédito face ao PIB, porém, é, de se esperar, sendo uma atividade intensiva em capital que precisa de crédito, a pesca tem pouco crédito face ao PIB. a agricultura está bem, o crédito é semelhante ao PIB.

No entanto quer o sector da pesca, indústria transformadora e do alojamento e restauração não melhoram o acesso ao crédito destes 3 setores entre 2012 e 2019.

¹⁰ **Activ. Fin, Seg. e Pensões:** Actividade Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões;

Activ. I., A. e S.P. as Es^{as}: Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas;**Org. Inter. e O. I. Extra-Ter:** Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais;**O. Activ.de Serv. C., S. e P.:** Outras Atividades .de Serviços Coletivo, Sociais e Pessoais; **P. e D. de E, Gás e Água:** Produção e Distribuição de Eletricidade, de Gás e Água;**Agri, P. A, Caça e Silvíc:** Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;**Comercio G. e a R:** Comércio Grosso e a Retalho;**Famílias C/ E. D:** Famílias Com Empregados Domésticos**I. Transformadoras:** Indústrias Transformadoras

Portanto, o quadro acima permite considerar que, tendo em conta que os sectores mais beneficiados pelo financiamento bancário são também os que apresentaram uma fraca contribuição para o PIB. Assim sendo, o financiamento bancário no período teve uma fraca contribuição na economia. Todavia com objectivo de reforçar a conclusão e obter uma visão mais realista, pareceu-nos necessário entrevistar dois profissionais com uma vasta experiência ligado ao sector bancário e não só, as questões serão abertas dando liberdade aos entrevistados para respondam com uma visão mais abrangente a respeito do tema.

Por as entrevistas terem sido presenciais e com autorização prévia dos entrevistados foi possível usar um gravador. Contudo, por uma questão de confidencialidade os entrevistados não serão identificados e, portanto, iremos nos referir a eles como Entrevistado A e B.

Relativamente as experiências profissionais e formação académica seguem abaixo um quadro resumo:

Quadro 5-7 Informação dos entrevistados

Descrição	Experiencia Profissional	Formação Académica
Entrevistado A	<ul style="list-style-type: none"> •Foi Secretario de Estado Angolano (2019 a 2021) •Foi Director Director Nacional de Estudo e Estatística das Finanças (2017 a 2019) •Foi Economista Residente do Fundo Monetário Internacional (2011 a 2015); •Foi Deputy Global Chief Economist do Banco Millennium Atlântico (2015 a 2016); 	<ul style="list-style-type: none"> •Frequência no Doutoramento de Economia no ISCTE •Mestrado em Economia Financeira pela Universidade Católica de Portugal (2009 a 2011); •Licenciatura em Economia pela Universidade Católica de Angola (2004 a 2007); •Curso Médio de Contabilidade pelo Instituto Médio Técnico de Gestão (2000 a 2003).
Entrevistado B	<ul style="list-style-type: none"> •Foi Assessor para os assuntos económicos e sociais do vice-presidente da república de Angola, •Foi Diretor da Academia de Formação do BNA, •Foi representante do BNA junto do FMI •Foi Docente Universitário (universidade Agostinho Neto) 	<ul style="list-style-type: none"> •Frequência no Mestrado de Economia Monetária e Financeira

5.3.1 Resultados das entrevistas

Quadro 5-8 Respostas dos entrevistados

Questões	Respostas	
	Entrevistado A	Entrevistado B
1º Ao analisar a composição do Sector Bancário notei que houve uma evolução de instituição bancaria autorizada na ordem de 23 instituições em 2012 a 30 passado 8 anos, até que ponto, isto é, benéfico para o sector e consequentemente a economia?	O aumento de instituições bancárias está relacionado com a rentabilidade do sector/actividade em Angola, a baixa taxa de bancarização nacional(estima-se que seja inferior a 40% da população) que permite haver margem de captação de clientes, recursos, crescimento.O benefício para o sector é a existência de concorrência que traz uma oferta diversificada e especializada para as necessidades da economia.	Tenho assistido a evolução e a minha percepção é que houvera uma processo de consolidação, porque o mercado nao tem procura suficiente para um numero elevado de bancos, uma vez que serviços bancarios estao concentrados em 4 bancos (BFA, BAI, BIC e BPC) que dominam e devem representar mais de 50% dos activos logo nao creio que a qualidade dos serviços nao esta ligado a quantidade de agência e sim a eficiencia dos serviços e hoje pode ser oferecido via online
2º Ao longo da minha pesquisa constatei que há uma distribuição assimétrica dos serviços bancários entre as regiões através da evolução de agências em Angola, na sua opinião qual tem sido as razões que levam a essas assimetrias e como as resolver ?	Na minha opinião, as razões que levam a essas assimetrias é a necessidade de cada banco posicionar-se em locais onde o potencial de captação de recursos é garantido(devido a existência de algum tipo de actividade como comércio de bens e serviços, empresas, industrias ou recursos que por diversos motivos não se encontram inseridos no sistema bancário) .A resolução passa pela implementação de políticas reais de desenvolvimento entre regiões(implementação de infra-estruturas) de modo a fixar/cativar o cidadão e consequentemente atrair investimento.	1º) Actividade economica em si é assimetrica ou seja existe uma concentraçao nas grandes cidades (Luanda, Benguela, Huambo): 2º) fazendo com que as actividades dos diversos sectores tambem seja concentrado e inclusive os serviços bancarios. Todavia a resolução nao é uma responsabilidade do sector bancario e sim das políticas publicas, reorientando a economia criando incentivos fiscais.
3º Constatou-se também que, no período em análise, peso do crédito sobre clientes na estrutura global do ativo do sector bancário reduziu consideravelmente, tendo 39,64% em 2012 a 18,53 em 2019 tem noção quais foram os motivos?	Os motivos foram essencialmente a redução do preço do petróleo, que levou a redução da oferta de divisas, consequentemente originou a desvalorização da moeda nacional devido a dependência quase generalizada da importação derivada da insuficiência da produção nacional para atender as necessidades básicas de consumo internas.As empresas prestação de serviços(alimentação, alojamento, higiene, transporte) ao sector petrolífero foram afectadas pela redução da procura por parte dos clientes Assim o incumprimento das obrigações crediticias aumentou e o risco de financiamento também, levando os bancos a apoiarem-se numa das suas principais fontes de receitas dos últimos anos que é a compra e venda de divisas(viagens, importação)	fazendo uma anlise teorica sem olhar nos dados podemos olhar no seguinte: 1º)Pelo contexto macro economico que se viveu neste periodo se olharmos para outras variaveis tiveram os mesmos comportamento. 2º) Uma vez que a economia esta em recessao desde 2015 ou 20216 ha maior risco por parte dos bancos em conceder credito

Quadro 5-9 Sequência das respostas dos entrevistados

Questões	Respostas	
	Entrevistado A	Entrevistado B
4º Ao analisar a qualidade dos activos constatou-se que, no período em análise há um aumento na taxa de Incumprimento colocando em causa capacidade do sector de conceder mais crédito à economia e como tal é um problema financeiro grave dos sistemas bancários. seu ver qual é o motivo e como solucionar este problema?	Muitos créditos foram concedidos em moeda estrangeira e muitas transacções são indexadas ao dólar. A conversão dos salários em kwanzas e desvalorização da moeda nacional, o encerramento de empresas, a redução da actividade comercial, destruição de postos de trabalho têm um papel de referência neste aumento do incumprimento. A solução passa por criar condições para que as empresas e indústrias consigam estabelecer-se a médio/longo prazo e investir na criação e manutenção de postos de emprego.	Os motivos são vários destacam os seguintes :1º) Esta ligado uma gestão deficiente no processo de concessão de crédito no passado e isto afectou esses níveis; 2º) A deterioração das condições macroeconómicas. No entanto a resolução deste problema passa pela resolução dos problemas que a economia apresenta.
5º Na sua opinião quais os principais pontos fortes e fracos do sistema bancário angolano, e como resolver os pontos fracos?	<p>Pontos fortes: Sistema com margem de crescimento, inovação.</p> <p>Pontos Fracos: Ausência de formação qualificada e especializada, inexperiência, visão a médio/longo prazo, apetência para operações de lucro rápido e fácil, integridade, ética e idoneidade dos colaboradores, permeabilidade a influência/manipulação pelos stakeholders.</p>	Os pontos fortes consistem nas oportunidades que existem para o crescimento deste sector, dos quais destacam-se a capacitação do capital humano, a taxa de bancarização ainda é baixa, relativamente os pontos fracos destacam-se os níveis de concentração existente há 4 bancos que dominam o mercado; melhoria dos processos de compliance
6º Ao analisar o nível de crédito concedido a economia constatou-se um fraco peso do crédito bancário sobre o PIB, a seu ver quais são as possíveis razões levam a este fenómeno?	Dificuldades na obtenção de financiamento por parte dos clientes particulares e empresas e preferência dos bancos noutras operações de menor risco e retorno seguro.	Este fenómeno deve-se a diversas situações já analisadas anterior; os diversos problemas estruturais da própria economia, a falta de fiscalização, altos níveis de inflação, altas taxas de juros e outros, inviabilizam a oferta de crédito dos bancos e isso reduz o contributo desta variável no PIB
7º Ao analisar a Distribuição do Crédito por sector constatou-se que há uma grande concentração do crédito em quatro sectores (depois descrever) A seu ver há alguma razão que levam os bancos a ter essa preferência ? De que forma este problema dificulta a diversificação da economia?	As preferências dos bancos consiste no baixo risco de perda e segurança no cumprimento do contrato. Pouca disponibilidade de financiamento e constrangimentos/atrasos no desenvolvimento de outros sectores e projectos inovadores.	A redução das assimetrias depende da política do estado em criar condições nas diferentes regiões para atração de investidores tais como criação de infraestruturas, políticas de redução de impostos, a segurança pois existem zonas que não oferecem segurança para implementação de agências, no entanto os bancos concedem crédito naqueles negócios que lhe garante algum retorno e se perceber que há risco eles não concedem financiamento e isto torna os bancos mais cautelosos

5.3.2 Sínteses das Entrevistas

Em síntese, o crescimento ou aumento de instituições bancárias é benéfico para o sector e para economia, visto que, quanto mais instituições, maior é a concorrência entre elas na ideia de gerar uma oferta que proporcione melhoria no ponto de vista da qualidade do serviço prestado e consequentemente um bem-estar a quem procura ou necessita dos serviços. No entanto para o caso da economia angolana, a evolução verificada não significou na integra melhoria nos serviços bancários prestados pois é notória os custos de filas de espera constante nos atendimentos, as frequentes quebras de serviços justificado pela queda de sistemas, portanto o expectável é que, o sector bancário para além de ter um número elevado de instituições é preciso que estas, assegurem a satisfação das necessidades existente no mercado angolano por exemplo o aumento da banca digital.

Por outro lado, a própria desigualdade verificada na distribuição dos serviços bancários, entre as regiões vem corroborar que o aumento das instituições não traduziu-se em necessariamente melhoria nos serviços, apraz referir que tal facto, relaciona-se com as incongruências existente nas estrutura económica pois existem zonas no território angolano que não oferecem condições de infraestruturas (acesso de estradas, segurança, políticas de incentivo) até certo ponto a falta de infraestrutura não permite a mobilidade de fatores e no entanto os bancos preferem colocar os serviços em zonas que oferecem melhores condições e consequentemente melhores retornos.

Todavia redução do crédito na estrutura global do activo do sector bancário também está intrinsecamente ligado ao comportamento da economia dado que, o país vive um período de estagnação económica desde 2014 resultante da queda do preço da commodity petrolífera, em certa instância traduz-se num aumento do nível dos riscos financeiros dos bancos, uma vez que há redução nas receitas das empresas, nos rendimentos das famílias, desvalorização da moeda, altas taxas de juros, refletiu em pouca procura de crédito e redução do nível de confiança dos bancos tornando-os extremamente cautelosos ao analisar os critérios ao conceder crédito. De referir que os pontos acima, também contribuíram no aumento da taxa de incumprimento do crédito, agregando-se a este, a gestão deficiente nos processos inerentes no acto da concessão crédito.

Portanto, o sector bancário estabelece preferência em conceder créditos a sectores que até certo ponto ofereçam alguma credibilidade resultando assim na desigualdade na distribuição do crédito conforme já verificado e a resolução destes problemas não depende unicamente do

sector, mas sim das políticas económicas em geral, nomeadamente fiscal, cambial, monetária e de renda promovendo assim a melhoria de infraestruturas nas diferentes regiões do país.

6 Conclusão

Conclui-se que o sector bancário angolano apresenta atualmente um nível de crescimento e sofisticação considerável diferente daquele que vigorou nos primeiros anos pós-independência, visto que é evidente o aumento de instituições bancárias, aumento dos activos, rácio de transformação confortável, rendibilidade aceitável, melhoria na liquidez, níveis bons de solvabilidade, redução do prémio de risco porém a investigação também revelou que apesar de se ter verificado estas melhorias, a distribuição dos serviços bancários a nível regional foi caracterizado como assimétrico devido a essencialmente a falta de condições de infraestruturas em muitas zonas, fazendo com que grande parte da população seja excluída dos serviços bancários, dificultando a circulação de moeda bem como a criação de mercados de bens e serviços regionais.

Do mesmo modo, a evolução do crédito na estrutura global do activo foi decrescente permitindo concluir que ao longo do período (2012 a 2019), os bancos têm dado menos prioridades ao crédito, aumentando assim o risco do crédito mostrando um problema para economia, tendo em conta que vários teóricos afirmam que a concessão de crédito na economia, serve de estímulo para o crescimento das demais variáveis macroeconómicas, sendo que não houve melhoria no crédito concedido ao sector privado., bem como , a distribuição do crédito nos diversos sectores da actividade económica vem comprovar o fraco peso do crédito no produto interno bruto sendo que parece existir algum preferencial por parte do sector bancário nos sectores dos Comércio por grosso e a retalho; Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços de Prestação as Empresas em relação a outros tais como pesca e indústria transformadora entretanto o entrevistado A, sugeriu que tal facto se deve ao baixo risco de perda e segurança no cumprimento de contrato que alguns sectores oferecem em relação a outros.

Todavia, o comportamento da economia analisado pelas políticas económicas implementadas desde a independência até o período de 2019 e pela contribuição dos entrevistados mostra-nos que a postura do sector bancário no financiamento económico resultou em parte dos problemas estruturais que a própria economia apresenta, desde a insuficiência da produção nacional, fora do sector petrolífero apesar da dotação de recursos no seu território, políticas económicas incoerentes para as necessidades que a economia ultrapassa, altos níveis das taxas inflação, cambio, e juro, terá eventualmente contribuído na

constituição de entraves para desenvolver dos diversos sectores da actividade incluindo o bancário.

Portanto tendo em conta a importância do crédito bancário como fonte de financiamento das atividades económicas e pode se concluir que é provável que impacto do financiamento bancário na economia angolana no período de 2012 a 2019 foi abaixo do seu potencial decorrente da fraca contribuição do crédito neste período e de alguns problemas estruturais que a economia vem apresentando. Vale a pena também salientar que apesar dos pontos que inviabilizaram o financiamento a economia podemos olhar nos pontos fortes (segundo os entrevistados) que constitui-se oportunidades de crescimento dos quais destacam-se a taxa de bancarização estima-se que seja inferior a 40% da população, melhoria dos processos de compliance no sector visto que o BNA tem adotado algumas politicas de melhoria como o início do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activo (AQA), entrada em vigor da IFRS 9 e a implementação das recomendações de organismos internacionais, nomeadamente o FMI em maio de 2019.

6.1 Limitações da dissertação e Sugestão para estudos futuros.

Entre as principais limitações do estudo destacam-se as dificuldades de obtenção de dados de variáveis que nos ajudariam a obter uma resposta ao objetivo de estudo mais concisa dos quais destacam-se a definição clara do tipo de crédito existente e concedido a economia, empresas pequenas vs. empresas grandes, o investimento por sector da actividade. A outra limitação do trabalho prendeu-se a dificuldade de encontrar literatura específica sobre o sector bancário no contexto angolano, o que obrigou o autor a recorrer a casos similares a nível internacional.

Para investigação futura sugere-se um estudo econométrico sobre impacto do financiamento bancário na economia angolana, as assimetrias económicas regionais e as políticas publicas.

7 Referencias. Bibliográfica:

Allen, F & Santomero, A. M. (1999) “The theory of financial intermediation”, *Journal of Banking and Finance* 21: 1461-1485.

ABANC, 2019 “Educação Financeira / Conhecer a Banca”. Disponível. em:
<http://www.abanc.ao/educacao-financeira/conhecer-a-banca/para-que-servem-os-bancos>

APB, 2019. “Sistema Financeiro/ Importância na Atividade Económica”. Disponível. em:
https://www.apb.pt/sistema_financeiro/importancia_na_actividade_economica

BNA. “Estatísticas, Indicadores Económicos”. Disponível. em:
http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=841&idsc=950&idl=1

BNA. “Relatórios de Estabilidade Financeira 2012 a 2019”. Disponível. em:
http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=841&idsc=950&idl=1

Delloite ANGOLA. (2015) “Banca em Analise 10 anos de Evolução”. Disponível. em:
<https://www2.deloitte.com/ao/pt/pages/financial-services/articles/Banca-em-Analise2015.html>

Filho, A.G. and Filho, A. Chimbulo, A. E. S. (2014) “Política Economia de Angola 1975 a 2012” *Revista de Desenvolvimento Economico*. 16: 93-103

Ferreira, M. And Oliveira, R, (2018) “The Political Economy of Banking in Angola” *Oxford University, in Site Royal African Society* 20: 08-15

Gil, C. (2002). “Como elaborar projectos de pesquisa”. 4. Ed. São Paulo: Atlas. 176.

John, M. K. (1937) “A Teoria Geral do Emprego”, Juros e Dinheiro”, *Economic Journal* 85: 249-271.

Lagoa, S., Leão, E and Leão P. (2019) “Política Monetária e Mercados Financeiros”. 2ª Ed. Lisboa: Edições Sílabos.

Leland, H.E. & Pyle, D.H.(1977) “Informational asymmetries, financial structure, and financial intermediation” *Journal of Finance* 32: 371-387.

Levine, R. (2001) Financial development and economic growth: views and agenda. *Journal of Economic Literature*.35 : 688-726.

Leis das instituições financeiras de angola 2005. Disponível em:

<https://www.bna.ao/uploads/%7B8d870ca1-fb6c-46a1-810f-e74284be0dbb%7D.pdf>

Matos, C. C. (2014) “Determinantes da concessão de crédito bancário- Aplicação Portugal” *Universidade dos Açores*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA. “Percurso dos Serviços de Finanças Públicas em Angola”. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/>

Minsky, P. H. (1982) “Can ‘It’ Happen Again? Essays on Instability and Finance”. New York: M.E. Sharpe. 3.

Nacional de Síntese de Dados, 2021. Indicadores de Solidez Financeira. Disponível em: <https://angola.opendataforafrica.org/yiljstd/financial-soundness-indicators-fsis>

Paula L.F (2013) Financiamento, Crescimento Econômico e Funcionalidade do Sistema Financeiro. *Revista de Economia Política*

Paula L. F (1999) A Teoria da Firma bancaria. *Economia Contemporânea*. *Revista de Economia Política*

Pereira, E.C.P. (2015). “O Sistema Financeiro Angolano” Lisboa: Instituto Superior de Gestão

Richardson, J. (1999). “Pesquisa social método e técnicas”. *São Paulo: Atlas*. Número 334.

Resende, M.F.C. (2007) “O circuito finance-investimento-poupança-funding em economias abertas”. *Revista de Economia Política* 28: 136-154.

Shaw S. (1955) Aprofundamento Financeiro no Desenvolvimento Econômico. resenha. Cole D. (1974) *Journal of Economic Literature* -JSTOR.

Schumpeter, J. A. A (1911/1982) teoria do desenvolvimento econômico, New Jersey: Transaction Publishers.

Zysman J. (1983) Governos, Mercados e Crescimento. *Cornell University Press*